

SECEX
DFCONTRATOS 5
1º TRI - 2024

LEVANTAMENTO

CONCESSÕES e PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO

Estado do Piauí e Municípios
2016 - 2024 (1º Trimestre)



Tribunal de Contas
do Estado do Piauí

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ – TCE-PI

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO – SECEX

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES - DFCONTRATOS

Plenário – Conselheiros:

- Joaquim Kennedy Nogueira Barros
(Presidente)
- Waltânia M^a Nogueira de S. Leal Alvarenga
(Vice-Presidente)
- Flora Izabel Nobre Rodrigues
(Presidente da 1^a Câmara)
- Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
(Presidente da 2^a Câmara)
- Rejane Ribeiro Sousa Dias
(Controladora Interna)
- Kleber Dantas Eulálio (Ouvidor)
- Abelardo Pio Vilanova e Silva
(Corregedor Geral)

Conselheiros Substitutos:

- Jaylson Fabianh Lopes Campelo
- Delano Carneiro da Cunha Câmara
- Jackson Nobre Veras
- Alisson Felipe de Araújo

Ministério Público do Tribunal de Contas – TCE-PI:

- Márcio André Madeira de Vasconcelos (Procurador-Geral)
- José Araújo Pinheiro Júnior (Subprocurador-Geral)
- Plínio Valente Ramos Neto (Procurador da 1^a Câmara)
- Leandro Maciel do Nascimento (Procurador da 2^a Câmara)
- Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa (Corregedora)

Visão: Ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

Missão: Exercer o controle externo, mediante orientação, fiscalização e avaliação da gestão dos recursos públicos, visando a sua efetiva aplicação em prol da sociedade.

Valores: Compromisso, Ética, Celeridade, Transparência, Qualidade, Modernidade, Efetividade.



**PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS SOBRE PARCERIAS DO SETOR
PÚBLICO COM O PRIVADO NO ESTADO DO PIAUÍ E MUNICÍPIOS
2016 a 2024 (1º Trimestre)**

TC/002773/2024

Exercício de Referência: 2016 a 2024

Plano Anual de Controle Externo (PACEX 2023/2024): Área - Gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Tema 29 - Diagnóstico das privatizações, concessões, inclusive parcerias público-privadas, permissões ou autorizações que tratem da transferência da exploração de bens ou da prestação de serviços públicos à iniciativa privada.

Tipo de processo Levantamento

Relator(a) Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal

Procurador(a) Plínio Valente Ramos Neto

Ato originário Plano Anual de Controle Externo (PACEX) 2023/2024 - Aprovado pela Decisão Plenária nº 41/2022, publicada no Diário Oficial do TCE-PI em 28/03/2022.

Objetivos Conhecer programas e ações governamentais sobre Parcerias do Setor Público com o Privado no Estado do Piauí e Municípios, com delimitação de projetos por áreas temáticas, quantidade, volume de recursos e fases da contratação, dos exercícios de 2016 a 2024 (1º Trimestre).

Unidades Jurisdicionadas

Governo, Órgãos e Entidades do Estado do Piauí e todas as 224 Prefeituras, Órgãos e Entidades Municipais.

Composição da equipe de fiscalização

Nome	Matrícula
Enrico Ramos de Moura Maggi (Supervisão)	97.628-8
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo	97.687-3
Leonardo César Santos Chaves	97.855-8

Credenciamento Portaria Nº 233/2024 (DOE nº 053/2024)

Período de realização dos trabalhos 01/02/2024 a 27/03/2024

Volume de recursos fiscalizados Não se aplica



EM RESUMO

Por que o levantamento foi realizado?

A Divisão de Fiscalização de Desestatização e Regulação Tecnologia da Informação e Comunicação – DFCONTRATOS 5, alocada na Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações – DFCONTRATOS, foi criada via Res. TCE-PI nº 40/2022, de 15 de dezembro de 2022, em virtude da necessidade de conhecer e acompanhar os projetos de desestatização e regulação existentes no Estado do Piauí e Municípios Piauienses, em especial os que envolvem modelagens de concessão e parcerias do setor público com o privado. Considerando a relevância, complexidade e atualidade do tema em âmbito global, nacional, regional e local, além de seu papel como catalisador de investimentos privados em projetos de infraestrutura pública, com consequências significativas na sociedade, a DFCONTRATOS 5 elaborou novo Levantamento em 2024. Este documento fornece um panorama geral sobre a situação atual no Estado e nos Municípios do Piauí em relação aos projetos em andamento, avaliando também o desempenho desses projetos comparativamente aos demais Estados e Capitais da região Nordeste.

Quais os benefícios esperados?

Com as informações coletadas, o objetivo é selecionar temas para futuras auditorias. Estas focarão em situações-problema específicos, analisando seus efeitos na vida da população. A intenção é auxiliar no aprimoramento da estruturação dos projetos e na gestão dos contratos, resultando na elevação na qualidade dos serviços públicos oferecidos.

ODS envolvidos:



PROJETOS DE DESESTATIZAÇÃO E REGULAÇÃO

Os projetos de desestatização e regulação estruturados pelos entes governamentais incluem as Concessões e PPP's em sentido estrito, regulamentadas, em âmbito nacional, por meio da Lei nº 8.987/95 (Lei Geral de Concessões) e da Lei nº 11.079/2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas). Incluem-se, também, os demais modelos de projetos de desestatização e regulação, como as concessões onerosas de uso de bem público, permissões de uso de bem público, concessões de uso de bem público e permissões de serviços públicos, além do contrato público para solução inovadora (Lei Complementar nº 182/2021).

O que o TCE encontrou?

Inicialmente, em que pese o fator limitante do trabalho relacionado à falta de informações sistematizadas sobre os projetos de Desestatização e Regulação existentes no Piauí, especialmente nas administrações municipais, foi possível ter um retrato fidedigno das PPPs e Concessões no âmbito Estadual e Regional. Com a conclusão dos procedimentos de Levantamento em fevereiro de 2024, identificou-se avanço em grande parte das iniciativas dos projetos estaduais e municipais. Esta atualização abrange: a quantidade total de iniciativas, os segmentos mais abordados, as modalidades de contratação mais empregadas, o estágio de desenvolvimento (*status*) dos projetos, a quantidade de projetos efetivamente implementados, paralisados e cancelados, o volume de recursos contratados, a quantidade de projetos com estudos de viabilidade e/ou modelagem liderados pelo Setor Público, por meio de PMI/MIP, ou por meio de *sandbox* regulatório, a distribuição geográfica das iniciativas pelo estado, e a posição do Estado do Piauí e seus municípios, especialmente a capital, Teresina, no cenário regional, considerando a quantidade e diversidade de projetos.



Foi observado também que, embora o Estado do Piauí mantenha sua posição de liderança nas iniciativas de concessões e parcerias entre o setor público e privado, o cenário de projetos paralisados também merece destaque. Isso foi evidenciado pelo número significativo de iniciativas estagnadas, abrangendo diversos segmentos e regiões. Essa situação remete a causas quanto à eficácia do planejamento e execução dos projetos, bem como à adequação dos recursos alocados.

LISTA DE SIGLAS

ABDIB	Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
AGRESPI	Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí
AM	Aglomerados de Municípios
APPM	Associação Piauiense de Municípios
ARSETE	Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina
ASERPA	Agência Parnaibana de Regulação de Serviços Públicos
AVEP	União das Câmaras Municipais do Estado do Piauí
CEAPI	Central de Abastecimento
CF/1988	Constituição Federal de 1988
DFCONTRATOS	Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações
DFCONTRATOS5	Divisão de Fiscalização de Desestatização e Regulação
IAEPI	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
IN	Instrução Normativa (TCE-PI)
INVEST PIAUÍ	Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Estado do Piauí
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MPI	Manifestação de Interesse Privado
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PACEX	Plano Anual de Controle Externo (TCE-PI)
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
PPP	Parceria Público-Privada
SEAD	Secretaria de Estado da Administração
SECEX	Secretaria de Controle Externo (TCE-PI)
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Piauí
SUPARC	Superintendência de Parcerias e Concessões
TD	Territórios de Desenvolvimento
TCE-PI	Tribunal de Contas do Estado do Piauí



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

- Figuras

Figura 1.1 – Etapas do Levantamento	13
Figura 3.1 – Estado do Piauí (Executivo): distribuição das iniciativas por localização	40
Figura 3.2 – Municípios Piauienses: distribuição das iniciativas por município.....	42

- Tabelas

Tabela 1 - Comparativo: status iniciativas Piauí x média Estados Nordeste (revisado nº contratos iniciados Piauí).....	32
Tabela 2 – Resultados do Levantamento: iniciativas / nº segmentos.....	43
Tabela 3 - Resultados do Levantamento: iniciativas / nº segmentos	44
Tabela 4 - Resultados do Levantamento: status das iniciativas.....	45

- Quadros

Quadro 3.1 – Executivo Estadual: contratos iniciados.....	33
Quadro 3.2 – Municípios Piauienses - contratos iniciados.....	36

- Gráficos

Gráfico 3.1 – Executivo Estadual: Evolução das iniciativas concessões e parcerias por segmento	18
Gráfico 3.2 - Municípios: Evolução das iniciativas concessões e parcerias por segmento	19
Gráfico 3.3 - Teresina: Evolução das iniciativas concessões e parcerias por segmento.....	21
Gráfico 3.4 – Comparativo: Evolução iniciativas concessões e parcerias por segmento Piauí x média Estados Nordeste	22
Gráfico 3.6 - Comparativo: Evolução iniciativas concessões e parcerias.....	23
Gráfico 3.7 - Comparativo: Evolução iniciativas concessões e parcerias por segmento Teresina x média Capitais Nordeste	24
Gráfico 3.8 – Executivo Estadual: modalidade definida para os contratos.....	25
Gráfico 3.9 – Executivo Estadual: modalidade definida para os contratos e por segmento	26
Gráfico 3.10 - Municípios: modalidade definida para os contratos	26
Gráfico 3.11 – Teresina: modalidade definida para os contratos.....	28
Gráfico 3.12 – Teresina: modalidade definida para os contratos e por segmento	28
Gráfico 3.13 - Comparativo: modalidade definida para os contratos Piauí x média Estados Nordeste	29
Gráfico 3.14 - Comparativo: modalidade definida para os contratos Teresina x média Capitais Nordeste	30



Gráfico 3.15 - Comparativo: status iniciativas Piauí x média Estados Nordeste	31
Gráfico 3.16 – Municípios Piauienses: <i>status</i> iniciativas	35
Gráfico 3.17 - Comparativo: status iniciativas Teresina x média Capitais Nordeste	37



Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Objetivo e Escopo do Levantamento	11
1.2 Metodologia	13
2 VISÃO GERAL E BASE NORMATIVA	15
3 LEVANTAMENTO DOS PROJETOS DE DESESTATIZAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ E MUNICÍPIOS – 2016 A 2023 (1º TRIMESTRE).....	17
3.1 Projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral, recorte por segmento e comparativo Nordeste	17
3.1.1 Desestatização no Estado do Piauí - quantitativos e recorte por segmento	17
3.1.2 Desestatização nos Municípios Piauienses - quantitativos e recorte por segmento	19
3.1.3 Desestatização no Estado do Piauí e Capital Teresina - comparativo Nordeste	21
3.2 Modalidades definidas de contratação nos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral, recorte por segmento e comparativo Nordeste	24
3.2.1 Modelagem de desestatização no Estado do Piauí - quantitativos e recorte por segmento	25
3.2.2 Modelagem de desestatização nos Municípios Piauienses - quantitativos e recorte por segmento	26
3.2.3 Modelagem de desestatização no Estado do Piauí e Capital Teresina - comparativo Nordeste	29
3.3 Status dos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral e comparativo Nordeste	30
3.3.1 Status dos projetos de desestatização no Estado do Piauí – quantitativos e comparativo Nordeste	31
3.3.2 Status dos projetos de desestatização nos Municípios Piauienses – quantitativos e comparativo Capitais do Nordeste	34
3.4 Originação dos projetos de desestatização no Estado do Piauí e Municípios.....	37
3.5 Distribuição, por região geográfica, dos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios.....	38
4 CONCLUSÃO.....	43
5 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	47
APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS SITES OFICIAIS DOS ESTADOS DO NORDESTE	49



APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS PROJETOS, POR SEGMENTO, NO ESTADO DO PIAUI (pesquisa Radar PPP ⁴)	50
APÊNDICE C - RELAÇÃO DOS PROJETOS, POR SEGMENTO, NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES (pesquisa Radar PPP ⁴)	53



1 INTRODUÇÃO

Divisão de Fiscalização de Desestatização, Regulação e Tecnologia da Informação e Comunicação (DFCONTRATOS 5), alocada na Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações, foi criada por meio da Resolução TCE-PI nº 40/2022 (Regulamento da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí), com a seguinte competência:



Art. 31. I - realizar fiscalizações relacionadas aos regimes de privatizações, concessões, inclusive parcerias público-privadas, permissões e autorizações que tratem de transferência da exploração de bens ou da prestação de serviços públicos à iniciativa privada; II - realizar fiscalizações em agências reguladoras, de modo a avaliar legalidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade dos atos de governança, de gestão e das atividades desempenhadas por estas entidades, tanto no tocante às suas rotinas administrativas, quanto no que diz respeito à fiscalizações por elas desempenhadas.

Portanto, para desenvolver as suas atribuições específicas, tornou-se necessário, a princípio, conhecer as iniciativas de projetos de desestatização, em especial as concessões e parcerias com o setor privado, que estejam em planejamento, contratação e/ou execução, além das encerradas (se houver), no âmbito do Executivo Estadual e dos municípios piauienses.

O levantamento é um dos instrumentos de fiscalização de que dispõe o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) para exercer sua atividade finalística de controle externo da Administração Pública.

Art. 177 [Regimento Interno do TCE-PI] – São Instrumentos de fiscalização: I – a auditoria; II – a inspeção; III – o levantamento; IV – o acompanhamento; V – o monitoramento. [g.n.]

De acordo com o art. 2º da Resolução nº 10/2020 do TCE-PI, a fiscalização através de levantamento pode ter por finalidade:

I – conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e das entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, dos programas e das ações governamentais sob os aspectos contábil, financeiro, orçamento,



operacional e patrimonial; II – definir o objeto de futura fiscalização; III – indicar os meios e os instrumentos a serem aplicados em futura fiscalização; IV – avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações de outra natureza.

Em razão do processo de levantamento não acarretar determinações e responsabilização de gestores, os seus resultados são levados a conhecimento do público com fins informativos e pedagógicos, sem prejuízo da instauração de fiscalizações autônomas ou da repercussão nos processos de contas com base nos dados apurados.

Nesse contexto, foi atuado o presente processo de fiscalização, alcançando as unidades jurisdicionadas: Governo, órgãos e entidades do Estado do Piauí, bem como todas as 224 Prefeituras, órgãos e entidades Municipais.

1.1 Objetivo e Escopo do Levantamento

A parceria do setor público com o setor privado em sentido amplo é vista como instrumento importante para viabilizar a oferta de infraestrutura econômica (relacionada ao setor produtivo como transporte, energia e telecomunicação) e social (relacionada, por exemplo, à saúde (hospitais), educação (escolas e universidades), instalações públicas (moradias comunitárias e prisões)), atraindo o parceiro privado, em tese, com sua expertise, ganhos de produtividade, e capacidade de investimento, bem como com a redução dos custos transacionais frente às contratações tradicionais, gerando benefícios e impactos diretos para a sociedade.



Neste levantamento atualizado e conduzido pela Divisão de Fiscalização de Desestatização, Regulação e Tecnologia da Informação e Comunicação (DFCONTRATOS5), conforme o processo de elaboração do PACEX 2024/2025, o foco é aprofundar e ampliar as descobertas e informações obtidas no estudo inicial do 1º trimestre de 2023, realizado sob o processo TC/00075/2023. Esta pesquisa visa analisar a situação atual do Estado do Piauí e dos municípios piauienses quanto às iniciativas de desestatização, com ênfase nas concessões de serviços (concessões comuns) e parcerias público-privadas em sentido estrito (concessões especiais, incluindo concessões administrativas e patrocinadas). Além disso, engloba outras modalidades de estruturação de parcerias, como concessões onerosas de uso de bem público, permissões de uso, cessões de uso de bem público e permissões de serviços públicos.



O estudo também abarca contratações públicas voltadas para soluções inovadoras, incluindo possíveis contratos de fornecimento decorrentes dessas iniciativas.

Neste contexto, o trabalho consiste em catalogar os projetos mencionados, além de classificá-los com informações sobre o número total, a fase atual, a quantidade de projetos iniciados e/ou efetivamente contratados através de Proposta de Manifestação de Interesse (PMI) ou Manifestação de Interesse Privado (MIP), ou por meio de *sandbox* regulatório, segmentos mais contemplados, modalidades de contratação prevalentes, volume de recursos envolvidos, bem como a posição do Estado do Piauí e da capital Teresina no cenário regional, em termos de quantidade e diversidade de iniciativas.

Conforme as diretrizes do PACEX 2023/2024, a atualização do levantamento pela Divisão de Fiscalização de Gestão e Contratos Públicos (DFCONTRATOS) abrangerá a identificação de situações-problema para dar suporte à seleção dos objetos de controle. A delimitação do escopo deste levantamento envolveu estudos preliminares, reuniões com a equipe de auditoria, pesquisa em notícias, consultas a websites e publicações oficiais, análise de relatórios e dados abertos em sites especializados, além de informações dos sistemas internos desta Corte de Contas.

O escopo determinado cobrirá as unidades jurisdicionadas conhecidas como "Unidades de Parcerias Público-Privadas", que incluem Secretarias Estaduais e Municipais ou entidades da administração direta ou indireta, abrangendo os exercícios de 2016 até o 1º trimestre de 2024. Estas unidades estão envolvidas na estruturação de projetos de desestatização e regulação, com foco nas concessões e parcerias com o setor privado nas fases de planejamento, contratação e execução.

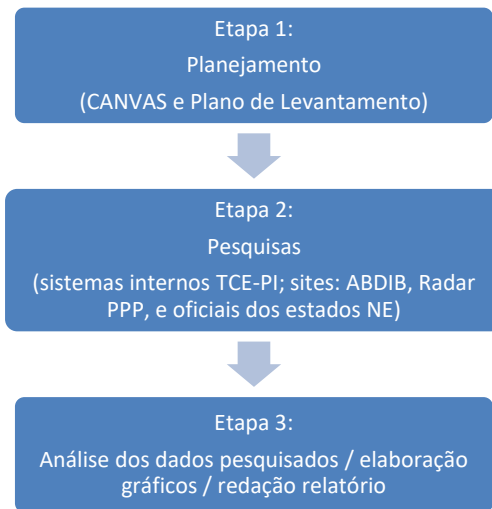
Com essa visão abrangente, o propósito é identificar linhas de atuação específicas para futuras fiscalizações no âmbito do PACEX 2024/2025, com foco em áreas que possam proporcionar melhorias significativas na eficiência e eficácia das parcerias público-privadas.



1.2 Metodologia

O presente trabalho se dividiu em 3 (três) etapas:

Figura 1.1 – Etapas do Levantamento



Fonte: Elaboração TCE-PI

Para realizar o trabalho de levantamento, adotou-se uma metodologia focada na compreensão aprofundada do universo de objetos de controle. Isso envolveu a avaliação sistemática dos riscos, da materialidade e da relevância das iniciativas de desestatização no Estado do Piauí, utilizando ferramentas analíticas para identificar e priorizar áreas de maior impacto e oportunidade. A abordagem incluiu a coleta e análise de dados provenientes de diversas fontes, como documentos oficiais, relatórios de auditoria anteriores, informações de sistemas internos do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) e consultas a publicações e sites especializados.

Esta metodologia permitiu ao TCE-PI utilizar seus mecanismos e recursos de maneira estratégica e eficaz. A auditoria governamental, baseada neste levantamento detalhado, está mais bem equipada para contribuir significativamente na melhoria da vida dos cidadãos e no aperfeiçoamento do funcionamento das instituições públicas, assegurando a eficiência e transparência na gestão dos recursos e projetos públicos.

Com o objetivo de coletar e organizar as informações de forma sistemática, em fevereiro de 2024 foram atualizados os dados utilizando todas as ferramentas de planejamento desenvolvidas em 2023. Naquela ocasião, conduziu-se uma investigação exploratória e estudos preliminares sobre o tema. Seguiu-se a fase de planejamento do



levantamento de dados, adotando o modelo CANVAS para estruturar o Plano de Levantamento, que inclui as questões de fiscalização e a Matriz de Planejamento.

Na sequência, intensificaram-se as pesquisas iniciadas anteriormente, examinando: (i) os sistemas internos desta Corte de Contas, especificamente o Licitações e Contratos WEB; (ii) as edições de 2020, 2021 e 2022 do Livro Azul da Infraestrutura, publicado pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); (iii) o site RADAR PPP; e (iv) os sites oficiais dos Estados do Nordeste.

Todo esse escopo foi aproveitado, ratificado e atualizado nos trabalhos realizados para o presente Levantamento.

Vale ressaltar que o Livro Azul da Infraestrutura consolida informações sobre projetos de concessão e PPPs conduzidos pela União, Distrito Federal, Estados e capitais, apresentando uma visão detalhada da situação atual dos investimentos em infraestrutura no Brasil e o impacto de novos projetos de concessão em termos de investimentos privados.

Através do acesso restrito e temporário à funcionalidade "Radar de Projetos" no site RADAR PPP, adquiriu-se uma base de dados abrangente, facilitando comparações entre as iniciativas do Estado do Piauí e outros estados do Nordeste, bem como a posição da capital Teresina em relação às outras capitais da região. Esse acesso permitiu visualizar infográficos detalhados sobre as diversas iniciativas de concessão e realizar análises específicas.

O estudo nos sites oficiais dos estados do Nordeste e, particularmente, nos portais das Unidades Gestoras dos Programas de Concessões e Parcerias, visou adquirir informações diretamente das fontes primárias para apoiar a análise proposta e esclarecer quaisquer dúvidas emergentes das outras fontes de pesquisa.

É importante destacar as mesmas condições de limitações enfrentadas durante a atualização do levantamento, principalmente a incompletude das informações por parte dos entes jurisdicionados no sistema Licitações e Contratos WEB, bem como a falta de informações atualizadas e completas nos sites oficiais dos estados do Nordeste e de suas capitais, especialmente nos portais das Unidades Gestoras dos Programas de Concessões e Parcerias.

Por fim, na terceira etapa, aperfeiçoou-se a coleta de dados com a consolidação das informações extraídas de todas as fontes de pesquisa, que fundamentaram os resultados apresentados no terceiro item deste relatório,



concluindo assim o processo de atualização e análise dos dados coletados em fevereiro de 2024 e que compuseram os dados do presente Levantamento.

2 VISÃO GERAL E BASE NORMATIVA

Historicamente, diante do déficit de infraestrutura vivido em nosso país, ocasionado, dentro outros, pelo baixo investimento e escassez de recursos públicos, as concessões e parcerias do setor público com o privado passaram a ser vistas como importantes instrumentos para atração de investimentos privados para desenvolvimento de projetos de infraestrutura pública. Nesse cenário, considerando a dificuldade quanto à prestação de alguns serviços pelo poder público em níveis de eficiência desejáveis, as concessões e parcerias em sentido amplo têm sido aliadas ao desenvolvimento social e econômico, com potencial de agregar qualidade de vida à população.



A União e os Estados, como regra, têm sido os protagonistas em concessões e parcerias público-privadas em sentido estrito, a exemplo de projetos de geração e distribuição de energia, infraestrutura rodoviária, de portos e aeroportos. Entretanto, destaca-se que os municípios passam também a ocupar grande espaço no ciclo de concessões e parcerias, tendo em vista a execução de importantes serviços públicos a seu encargo, como iluminação pública, mobilidade urbana local e o conjunto de serviços e infraestruturas relacionados ao saneamento básico: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, ações que impactam diretamente e diariamente na vida da população e que necessitam de investimentos consideráveis para sua prestação eficiente.

As Concessões e PPP's em sentido estrito estão submetidas à regulamentação, em âmbito nacional, por meio de duas normas: Lei nº 8.987/95 (Lei Geral de Concessões), que disciplina os aspectos fundamentais da concessão de serviço público, e Lei nº 11.079/2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas), que estabelece diretrizes dos contratos de PPP. Ademais, aplicam-se regramentos legais esparsos de forma lateral e subsidiária, além de normas específicas relacionadas ao tema do projeto, bem como normas que detalham o regime jurídico específico do funcionamento de cada projeto.



Por outro lado, deve-se ter olhar atento aos demais modelos de projetos de desestatização estruturados pelos entes governamentais piauienses que, apesar de não se inserirem formalmente aos conceitos e padrões das parcerias previstos na legislação citada, são formas de vinculação de atores privados com o poder público. Dentre formas de diversificação de estruturação via contratos e atos administrativos de parcerias com o setor privado tem-se o clássico exemplo das concessões onerosas de uso de bem público, permissões de uso de bem público, cessões de uso de bem público e permissões de serviços públicos. Recentemente não se pode olvidar do marco legal das *startups* e empreendedorismo inovador que trouxe a modelagem do contrato público para solução inovadora e o decorrente contrato de fornecimento (Lei Complementar 182/2021).

O tema está inserido no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS fazem parte da "Agenda 2030", pacto global firmado durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015, pelos 193 países membros e é composta por 17 objetivos ambiciosos e interconectados, desdobrados em 169 metas, com foco em superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, promovendo o crescimento sustentável global até 2030 (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>). Para o contexto do presente levantamento, traz-se o ODS 17 acerca das "parcerias e meios de implementação", especificamente na meta "parcerias multissetoriais" com o ODS 17.17: "incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias".

Ademais, a depender dos projetos a serem desenvolvidos pelos entes federativos jurisdicionados desta Corte de Contas, outros ODS podem ser envolvidos, a exemplo dos: ODS 6 Água potável e saneamento (garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos), ODS 7 Energia Limpa e acessível (garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos), ODS 9 Indústria, inovação e infraestrutura (construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação), ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis (tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis).

É nesse contexto que a DFCONTRATOS 5 busca, por meio deste Levantamento, conhecer e parametrizar os projetos de desestatização de iniciativa do



Estado do Piauí e Municípios, no período de 2016 a 2024 (1º trimestre), em especial os que envolvem modelagens de concessão e parcerias do setor público com o privado em sentido amplo, para, a partir deles, definir e delimitar temas para futuras fiscalizações que descreverão os impactos na vida da população, além de contribuir para a melhoria na qualidade da estruturação dos projetos, bem como apresentar contribuições para as respectivas gestões contratuais, com consequente otimização na prestação serviços em benefício da sociedade.

3 LEVANTAMENTO DOS PROJETOS DE DESESTATIZAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ E MUNICÍPIOS – 2016 A 2024 (1º TRIMESTRE)

3.1 Evolução dos Projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral, recorte por segmento e comparativo Nordeste

Para conhecer a evolução das iniciativas de projetos de desestatização no Estado do Piauí e nos municípios piauienses, a equipe de fiscalização realizou pesquisas, atualizações e ratificação de dados conforme descrito na metodologia apresentada no [item 1.2](#).

3.1.1 Desestatização no Estado do Piauí - quantitativos e recorte por segmento

Tendo como referência a pesquisa de atualização de dados realizada no site do Radar PPP¹, destaca-se o registro de 63 (sessenta e três) iniciativas no âmbito do Executivo Estadual em 2024, classificadas em 17 (dezessete) segmentos, conforme comparação com os dados de 2023 apresentado no [Gráfico 3.1](#).

No âmbito do Executivo Estadual, os segmentos com aumento na quantidade de iniciativas são: Unidades Administrativas e Serviços Públicos; Cultura, Lazer e Comércio; Portos e Ferrovias. Ao todo houve aumento de 10,53% no número de iniciativas em relação a 2023.

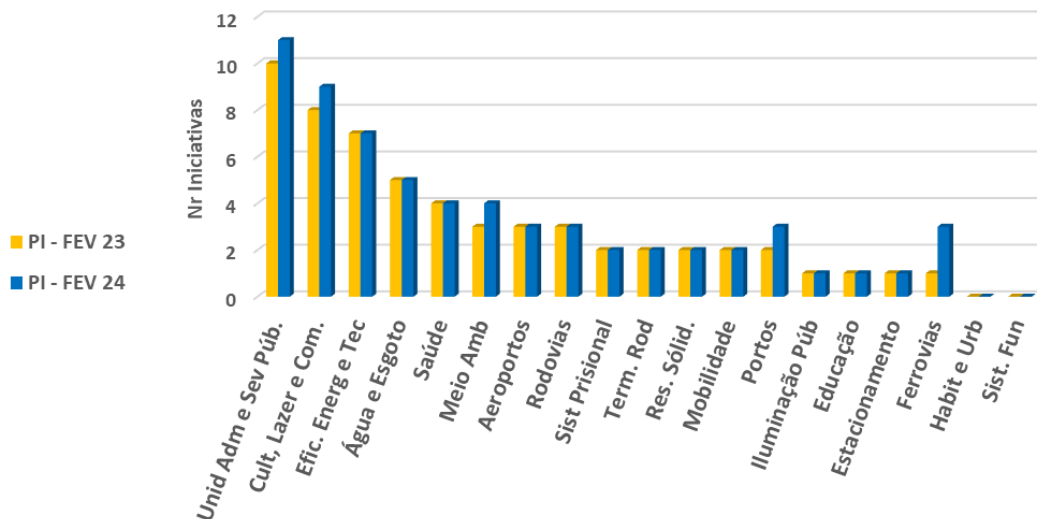
Registre-se, por oportuno, que nesta totalização existe registro de iniciativas em diferentes situações (*status*), desde intenção pública anunciada, modelagem, consulta pública, licitação, contrato, paralisado ou cancelado. Contudo, para o objetivo inicial de conhecer as iniciativas de projetos de desestatização, em

¹ Ressalta-se que os registros no banco de dados do Radar PPP foram iniciados em 2014, sendo alimentado regularmente com os projetos de PPP e Concessões do País.



especial as concessões e parcerias com o setor privado, seja no âmbito Estadual ou Municipal, a equipe de fiscalização avaliou ser possível utilizar esses dados sem prejuízo para o trabalho, tendo em vista a indisponibilidade de outra base tão robusta para realizar os comparativos com os demais estados e capitais da região nordeste.

Gráfico 3.1 – Executivo Estadual: Evolução das iniciativas concessões e parcerias por segmento



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

No contexto de atualização dos dados para o período compreendido entre os anos de 2023 e 2024, a análise detalhada das iniciativas empreendidas revela um cenário promissor de desenvolvimento e investimento em áreas críticas para a sustentabilidade, infraestrutura e bem-estar social. Conforme a revisão dos dados disponíveis, observou-se incremento no número de iniciativas, passando de 57 em 2023 para 63 em 2024, o que representa um aumento absoluto de 6 iniciativas e um crescimento percentual aproximado de 10.53%.

Este avanço é particularmente evidente em segmentos-chave, a saber: **Unidades Administrativas e Serviços Públicos; Cultura, Lazer e Comércio; Meio Ambiente; Portos; e Ferrovias**. Este aumento pode ser considerado como um indicativo de estratégia direcionada para fortalecer o tecido administrativo e de serviços que sustentam a comunidade, enriquecer a vida cultural e de lazer, promover a sustentabilidade ambiental e melhorar significativamente a infraestrutura de transporte essencial para o desenvolvimento econômico e social.

Destaque especial para aumento de 2 iniciativas no segmento de ferrovias, de 2023 para 2024, o que sinaliza um foco estratégico na expansão e melhoria da



infraestrutura de transporte ferroviário. Este desenvolvimento é de grande importância para o estado, não apenas como um reforço na infraestrutura de transporte, mas também como um vetor potencial para crescimento econômico.

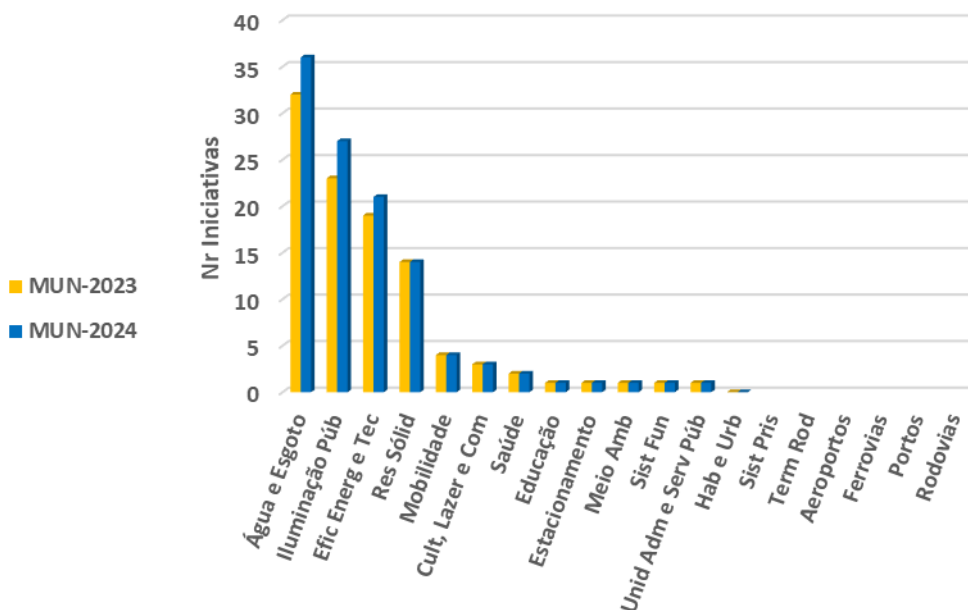
Em tese, a ampliação das ferrovias pode significar uma maior eficiência na movimentação de cargas e pessoas, redução dos custos logísticos, e a promoção de uma alternativa de transporte mais sustentável e de menor impacto ambiental.

3.1.2 Desestatização nos Municípios Piauienses - quantitativos e recorte por segmento

Quanto aos municípios destaca-se o registro de 112 (cento e doze) iniciativas em 2024, classificadas em 12 (doze) segmentos, conforme comparação com os dados de 2023 apresentado no **Gráfico 3.2**.

No âmbito dos Municípios Piauienses, os segmentos com maior quantidade de iniciativas são: **Água e Esgoto, e Iluminação Pública**. Juntos somam mais de **53% das iniciativas**.

Gráfico 3.2 - Municípios: Evolução das iniciativas concessões e parcerias por segmento



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

Os segmentos que se mantêm com maior percentual de iniciativas municipais são: **Água e Esgoto 32,14%** - (31,37% - 2023), **Iluminação Pública 24,10%** - (22,55%- 2023), **Eficiência Energética e Tecnologia 18,75%** - (18,63% - 2023), e **Resíduos**



Sólidos 13,73% - (13,73%- 2023), englobando aproximadamente 87,5% - (86%- 2023) dos registros.

A análise das iniciativas municipais entre os anos de 2023 e 2024 destaca um cenário de evolução e continuidade nas áreas fundamentais para a qualidade de vida urbana e a sustentabilidade ambiental.

Os dados indicam que os segmentos de **Água e Esgoto, Iluminação Pública, Eficiência Energética e Tecnologia, e Resíduos Sólidos** se mantêm como as áreas com maior percentual de iniciativas, somando aproximadamente 87,5% do total de registros em 2024, um aumento em relação aos 86% observados em 2023. Especificamente, o segmento Água e Esgoto apresentou um leve aumento de 32,14% em 2024, comparado a 31,37% em 2023, refletindo o contínuo investimento em infraestrutura essencial.

Iluminação Pública, com um aumento de 24,10% em 2024 ante 22,55% em 2023, destaca o foco na segurança e bem-estar dos cidadãos.

Eficiência Energética e Tecnologia, embora com um leve aumento para 18,75% em 2024, demonstra a importância dada à inovação e sustentabilidade.

Por fim, Resíduos Sólidos manteve-se estável com 13,73%, reafirmando o compromisso com a gestão ambiental.

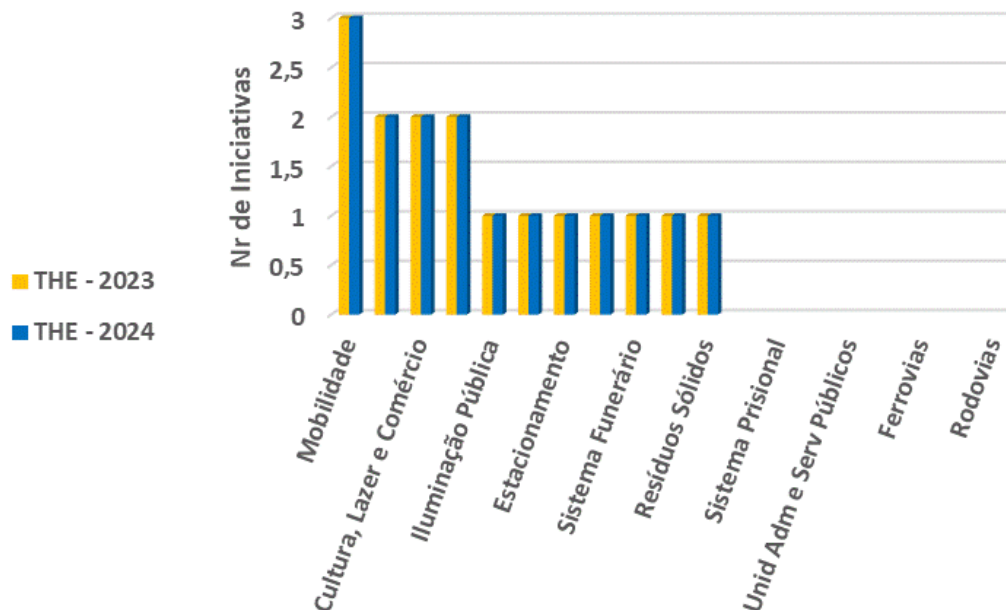
Estes dados indicam a priorização de investimentos em serviços essenciais e infraestrutura sustentável, fundamentais para o desenvolvimento municipal e a melhoria contínua da qualidade de vida da população.

Especificamente com relação à Capital, Teresina, a pesquisa retornou novamente em fevereiro de 2024 o registro de 16 (dezesesseis) iniciativas, distribuídos por 11 (onze) segmentos, os quais são comuns aos demais municípios. No [Gráfico 3.3](#) pode-se visualizar esta distribuição.

A capital Teresina tem maior número de iniciativas no segmento Mobilidade.



Gráfico 3.3 - Teresina: Evolução das iniciativas concessões e parcerias por segmento



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

Os segmentos com maior percentual de iniciativas da Capital Teresina são: Mobilidade (18,75%), seguido por Eficiência Energética e Tecnologia, Cultura, Lazer e Comércio, e Saúde (12,5% cada), englobando aproximadamente 56% dos registros.

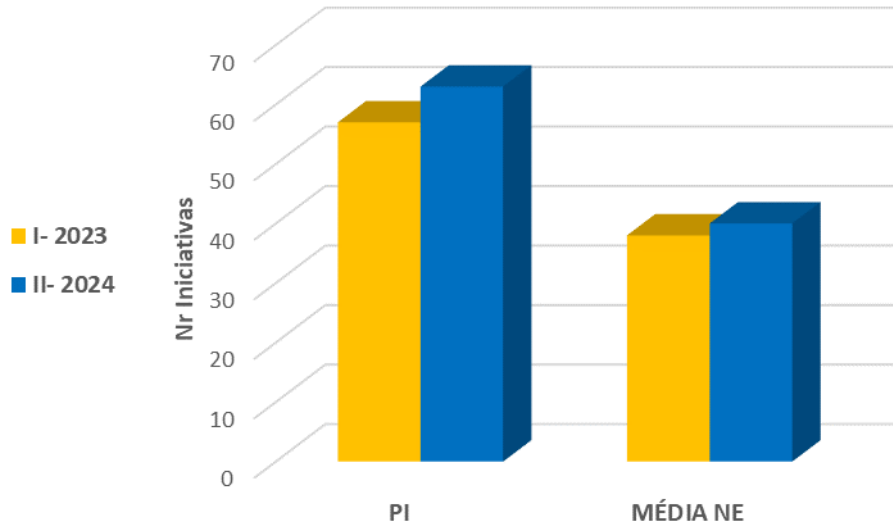
3.1.3 Desestatização no Estado do Piauí e Capital Teresina - Comparativo da Evolução Nordeste

Em estudo comparativo no âmbito do Executivo Estadual entre o Estado do Piauí e a Média das iniciativas das capitais do Nordeste, identificou-se evolução tanto nos números absolutos de iniciativas, quanto nas médias avaliadas. O gráfico abaixo demonstra que em 2024 o número de iniciativas no estado do Piauí aumentou em 6 (seis) e que a média dos estados do nordeste aumentou em 2 (dois). Ressalta-se que as 63 iniciativas do Piauí registradas em 2024 representam 22,58% de todas as iniciativas no âmbito do Nordeste, o que, em grande medida, contribui para o aumento da média nesse intervalo. Ademais, o Executivo Estadual possui 57,5% a mais de iniciativas do que a média dos Estados do Nordeste em 2024, que é de 40 (quarenta) iniciativas

Em 2024, o Executivo Estadual possui 57,5% a mais de iniciativas do que a média dos Estados do Nordeste.



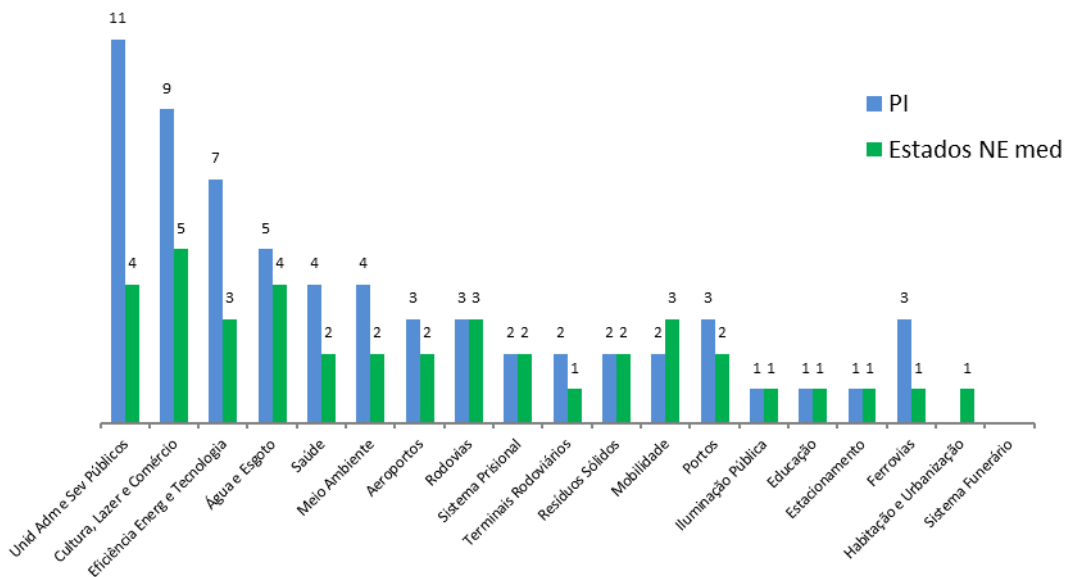
Gráfico 3.4 – Comparativo: Evolução iniciativas concessões e parcerias por segmento Piauí x média Estados Nordeste



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

Já no [Gráfico 3.4.1](#) pode-se observar a epigrafada relação, inclusive por segmento.

Gráfico 3.4.1 – Comparativo: Evolução iniciativas concessões e parcerias por segmento Piauí x média Estados Nordeste – Posição fevereiro de 2024



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

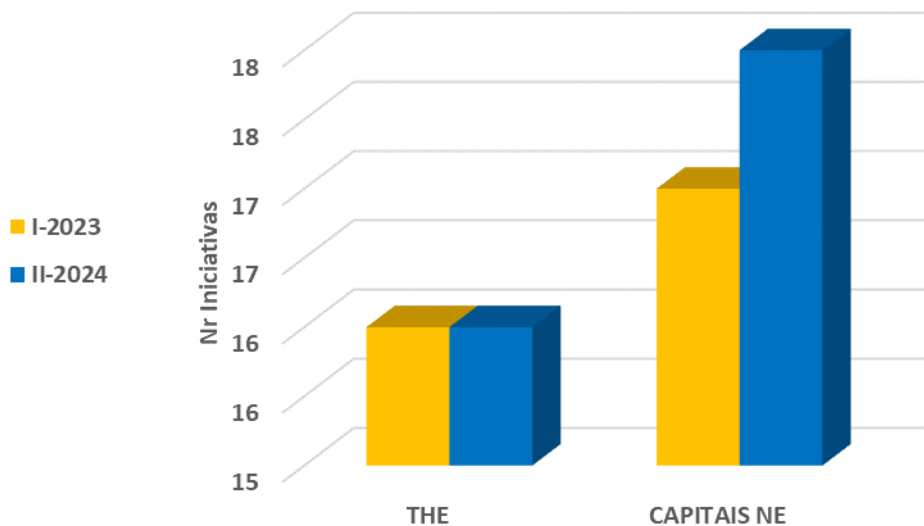


De modo semelhante, realizando-se um comparativo tendo como parâmetro as capitais do Nordeste, tem-se que Teresina apresenta razoável equivalência no número de iniciativas, considerando que a média para as capitais da região subiu de 17 (dezesete) em 2023 para 18 (Dezoito) frente à permanência dos 16 (dezesesseis) registros para a capital piauiense. No

Teresina destaca-se com iniciativas nos segmentos: Mobilidade e Saúde em comparação com a média das Capitais da região Nordeste.

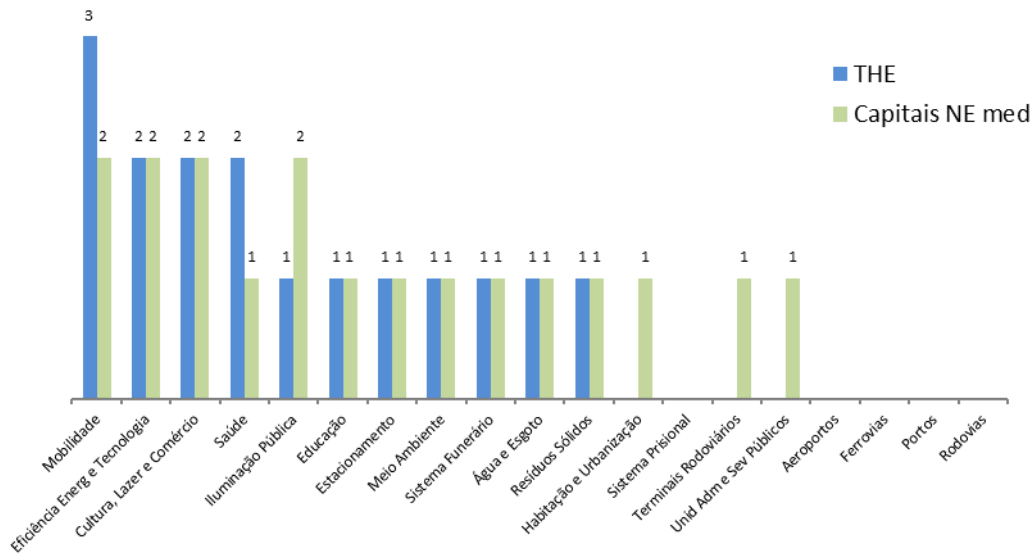
Gráfico 3.6 pode-se observar melhor esta relação, inclusive por segmento.

Gráfico 3.5 - Comparativo: Evolução iniciativas concessões e parcerias Teresina x média Capitais Nordeste



Já no 3.7 pode-se observar a epigrafada relação, inclusive por segmento.

Gráfico 3.6 - Comparativo: Evolução iniciativas concessões e parcerias por segmento Teresina x média Capitais Nordeste



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

Para 8 (oito) segmentos, Teresina iguala-se à média referida. Para 2 (dois) segmentos: Mobilidade e Saúde, Teresina apresenta-se à frente em número de iniciativas retornada pela pesquisa. Para 3 (três) outros segmentos: Habitação e Urbanização, Terminais Rodoviários e Unidades Administrativas e Serviços Públicos, pontuados na média das capitais do Nordeste, Teresina não apresenta iniciativas.

3.2 Modalidades definidas de contratação nos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral, recorte por segmento e comparativo Nordeste

Os contratos com objetos de processos de desestatização são firmados nas diversas modalidades, a saber: concessão comum, parceria público-privada patrocinada, parceria público-privada administrativa, concessão onerosa de uso de bem público, permissão de uso de bem público, cessão de uso de bem público, permissão de serviços públicos, contratação pública para solução inovadora (Lei



nº 8.987/1995, Lei nº 11.079/2004, Lei Complementar nº 182/2021, e demais legislações setoriais específicas).

3.2.1 Modelagem de desestatização no Estado do Piauí - quantitativos e recorte por segmento

Em 2024, apesar de ter havido aumento no número de iniciativas no âmbito do Estado, os registros sobre a modalidade definida na contratação permaneceram inalterados. Tendo como referência a pesquisa realizada no site do Radar PPP⁴, destaca-se que das 63 (sessenta e três) iniciativas referentes ao Executivo Estadual, 24 (vinte e quatro) registros informam a modalidade definida de contratação: concessão comum, concessão patrocinada (PPP patrocinada), concessão administrativa (PPP administrativa), e concessão de uso, conforme apresentado no Gráfico 3.7.

Concessão Administrativa é a modalidade de contratação com maior quantitativo de iniciativas no âmbito do Executivo Estadual.

Gráfico 3.7 – Executivo Estadual: modalidade definida para os contratos

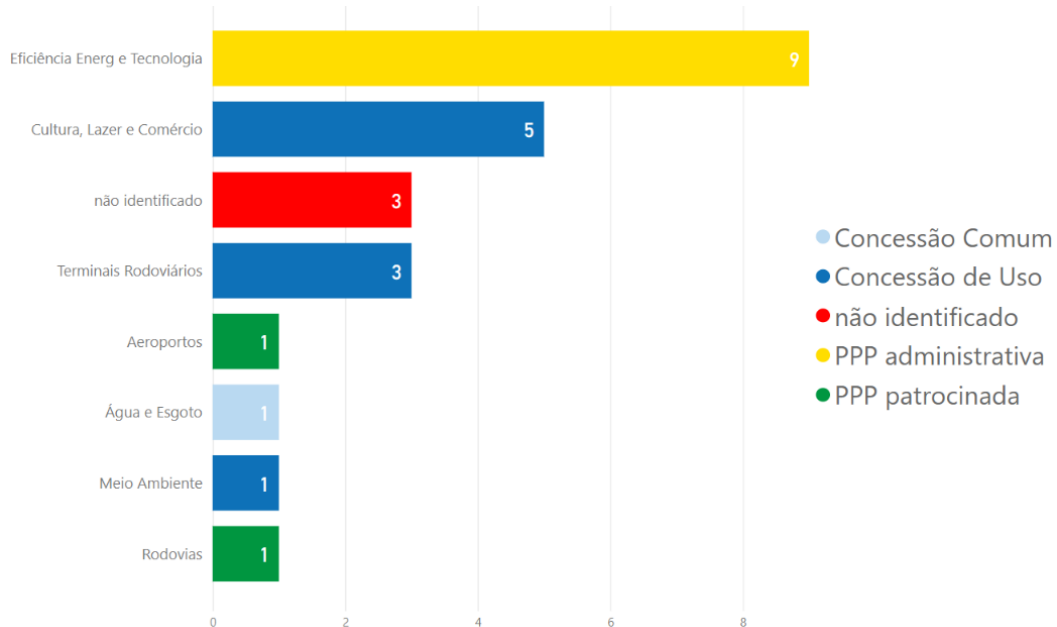


Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

No Gráfico 3.8 pode-se observar a distribuição dos 24 (vinte e quatro) registros por modalidade definida para os contratos e por segmento. Situação se manteve inalterada em 2024.



Gráfico 3.8 – Executivo Estadual: modalidade definida para os contratos e por segmento

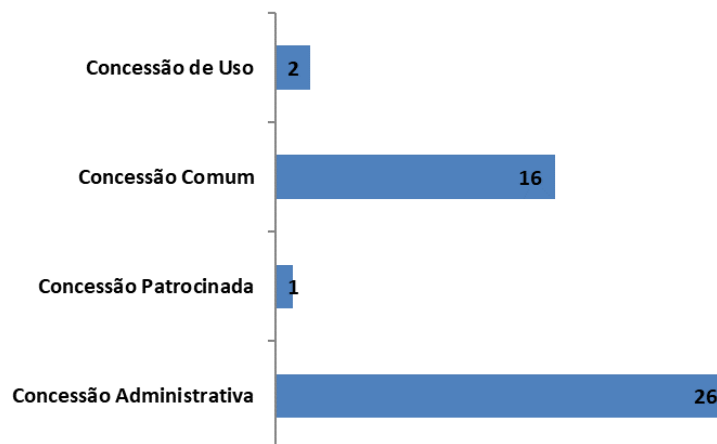


Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

3.2.2 Modelagem de desestatização nos Municípios Piauienses - quantitativos e recorte por segmento

Quanto aos Municípios Piauienses, destaca-se que das 112 (cento e doze) iniciativas identificadas em 2024, a pesquisa retornou 45 (quarenta e cinco) registros com a modalidade definida de contratação, distribuídos conforme apresentado no Gráfico 3.9.

Gráfico 3.9 - Municípios: modalidade definida para os contratos



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI



Dos 45 (quarenta e cinco) registros com a modalidade definida de contratação, pôde-se identificar 8 (oito) iniciativas no setor de Iluminação sob a modalidade PPP Administrativa; 3 (três) iniciativas no setor de Água e Esgoto e 1 (uma) no setor Resíduos Sólidos sob a modalidade Concessão Comum; 2 (duas) iniciativas no setor Cultura, Lazer e Comércio e 1 (uma) no setor Estacionamento sob a modalidade Concessão de Uso, a partir da complementação da informação do Radar PPP⁴ com as pesquisas realizadas nos sistemas internos desta Corte de Contas (Licitações & Contratos *WEB* e Capture (dados IEGM 2021)), e no Livro Azul da ABDIB. Nos demais registros, não foi possível relacionar o segmento com a modalidade eleita.

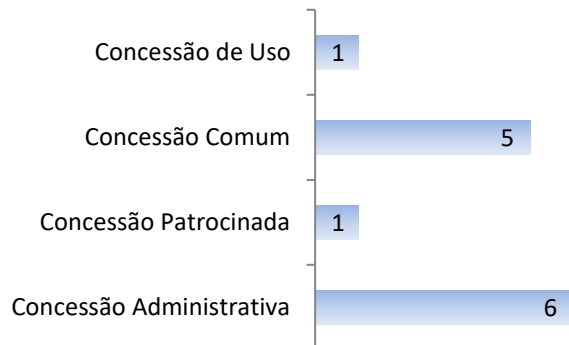
Registre-se que no segmento Iluminação Pública, especificamente para o Município Angical do Piauí, o objeto abrange os serviços de efficientização, operação e manutenção da iluminação pública, implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e usina fotovoltaica.

No segmento Água e Esgoto, 3 (três) registros referem-se a abastecimento de água (concessão comum) e 4 (quatro) referem-se a água e esgoto (modalidade não definida). Ainda na classificação por segmento, apesar de o Radar PPP⁴ relacionar a "Gestão dos Terminais de Integração e Estações de Passageiros no Município de Teresina" como "Mobilidade", a equipe de fiscalização o classificou como "Cultura, Lazer e Comércio", visto tratar-se de "serviços de gestão integrada e continuada, incluindo a manutenção e conservação dos equipamentos públicos, com fornecimento de materiais e mão de obra, precedida da concessão de uso dos espaços e equipamentos públicos para exploração de publicidade".

Especificamente com relação à capital Teresina, destaca-se que das 16 (dezesesseis) iniciativas identificadas em 2024, a pesquisa retornou 13 (treze) registros com a modalidade definida de contratação, distribuídos conforme apresentado no [Gráfico 3.10](#). Não houve alterações numéricas de iniciativas identificadas em relação a 2023.



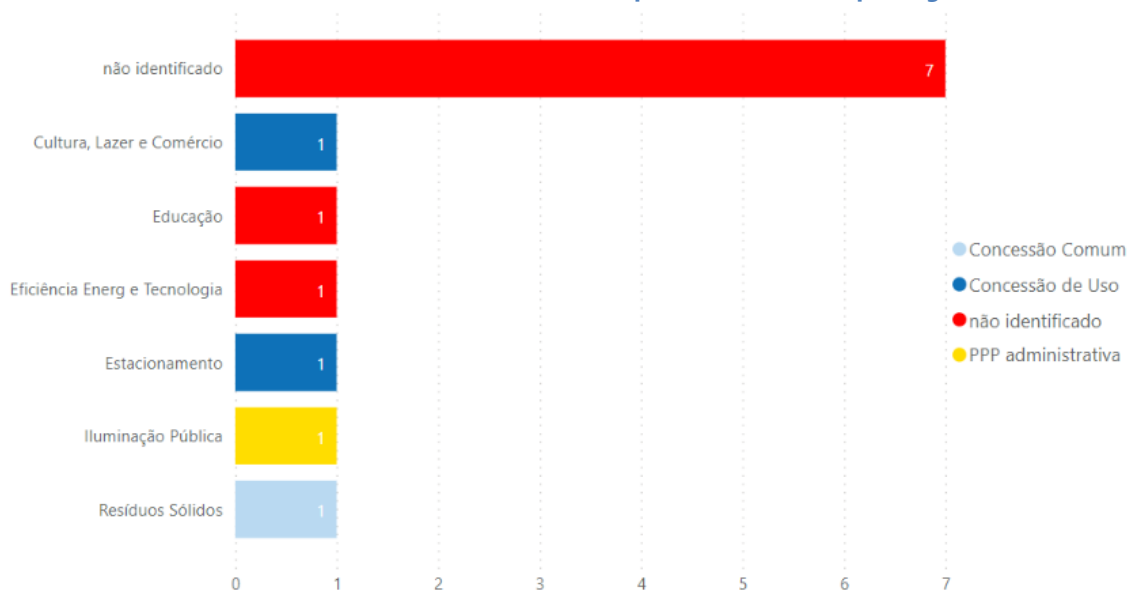
Gráfico 3.10 – Teresina: modalidade definida para os contratos



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

No [Gráfico 3.11](#) pode-se observar a distribuição dos 13 (treze) registros, por modalidade definida para os contratos e por segmento, a partir da complementação da informação do Radar PPP⁴ com as pesquisas realizadas nos sistemas internos desta Corte de Contas (Licitações & Contratos *Web* e Capture (dados IEGM 2021)), e no Livro Azul da ABDIB.

Gráfico 3.11 – Teresina: modalidade definida para os contratos e por segmento



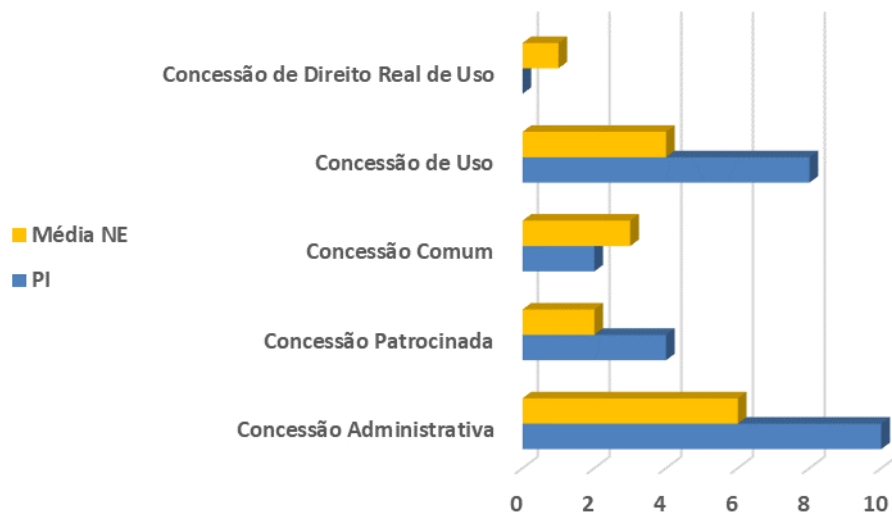
Fonte: RADAR PPP (Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI: Licitações & Contratos *Web* e Capture (dados IEGM 2021); Livro Azul (ABDIB). Elaboração TCE-PI



3.2.3 Modelagem de desestatização no Estado do Piauí e Capital Teresina - comparativo Nordeste

Em 2024, realizado estudo comparativo, tendo como parâmetro a região Nordeste do país, tem-se que a modalidade mais usada para os contratos de parcerias com o setor privado, tanto no âmbito do Executivo Estadual do Piauí, como em relação à média⁵ para a região, é a concessão administrativa. Por outro lado, o menor número de iniciativas no Piauí com a modalidade definida para os contratos é a concessão de Direito real de uso. No [Gráfico 3.12](#) pode-se observar melhor esta relação.

Gráfico 3.12 - Comparativo: modalidade definida para os contratos Piauí x média Estados Nordeste

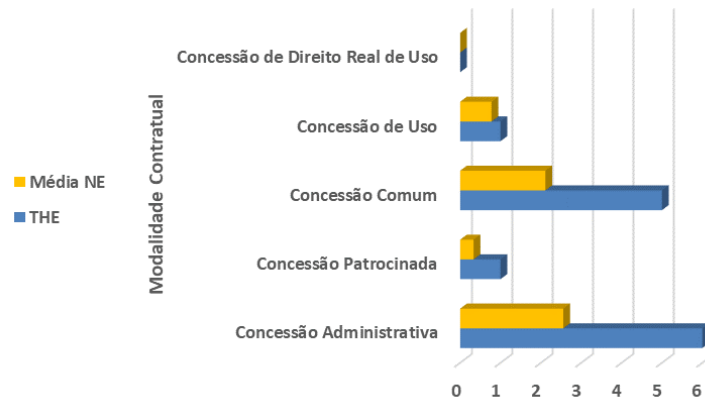


Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

De modo semelhante, realizando um comparativo, tendo como parâmetro as capitais do Nordeste, tem-se que a modalidade definida para os contratos da Capital, Teresina, predomina a concessão administrativa seguida da concessão comum. Em relação à média⁵ para a região, têm-se também que a maior quantidade de iniciativas com modalidade definida para os contratos refere-se a concessão administrativa e a concessão comum. No [Gráfico 3.13](#) pode-se observar melhor esta relação.



Gráfico 3.13 - Comparativo: modalidade definida para os contratos Teresina x média Capitais Nordeste



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

3.3 Status dos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios – quantitativo geral e comparativo Nordeste

Conforme atualização dos dados em fevereiro de 2024 e como previamente mencionado no item 1, a equipe de fiscalização conduziu a atualização no presente Levantamento, reexaminando a quantidade e a natureza das iniciativas de processos de desestatização e regulação. Esse exame detalhado teve como escopo especialmente as concessões e as parcerias entre o setor público e o privado, tanto no âmbito do Executivo Estadual quanto nos Municípios Piauienses. A avaliação abrangeu as diferentes fases em que essas iniciativas podem se encontrar: planejamento, contratação, execução, além de projetos que foram encerrados ou cancelados.

Especificamente, a análise se concentrou nas concessões de serviços (concessão comum) e nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) no sentido estrito, incluindo concessões administrativas e concessões patrocinadas. Além disso, a equipe considerou outras formas de estruturação de parcerias, como concessões onerosas de uso de bem público, mantendo a metodologia estabelecida para uma análise abrangente e atualizada.



3.3.1 Status dos projetos de desestatização no Estado do Piauí – quantitativos e comparativo Nordeste

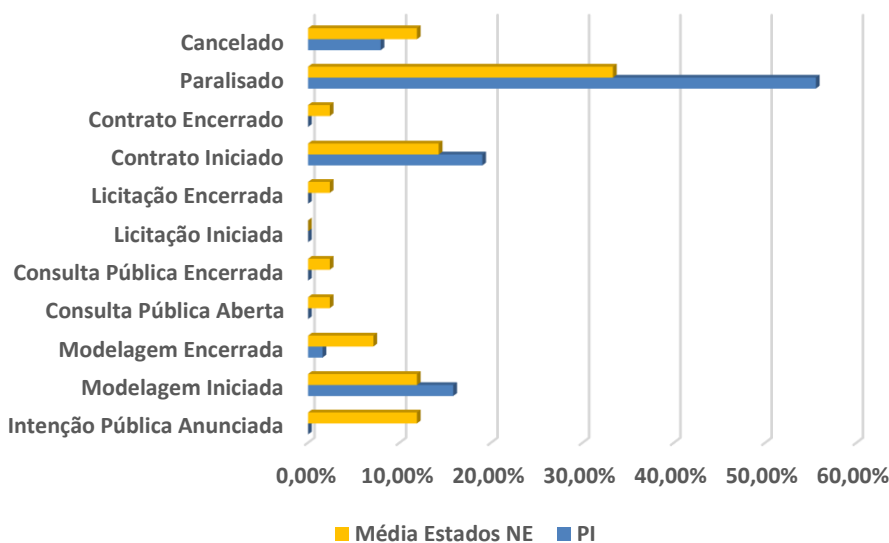
Como já registrado no [item 3.1](#), a pesquisa realizada no site do Radar PPP⁴ totalizam iniciativas em diferentes situações (status), desde intenção pública anunciada, modelagem, consulta pública, licitação, contrato, paralisado ou cancelado.

Tendo como referência a referida pesquisa, no âmbito do Executivo Estadual do Piauí, em 2024, as 63 (sessenta e três) iniciativas registradas encontram-se nas seguintes fases: modelagem iniciada (10); contrato iniciado (12); paralisado (35); cancelado (5); modelagem encerrada (1).

No Executivo Estadual 51% das iniciativas de projetos de concessões encontram-se paralisadas.

No [Gráfico 3.14](#) apresenta-se, em porcentagem, o comparativo do status das iniciativas no âmbito do Executivo Estadual do Piauí e a média dos Estados do Nordeste.

Gráfico 3.14 - Comparativo: status iniciativas Piauí x média Estados Nordeste



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

Nota-se, tanto na média dos estados do nordeste, como no estado do Piauí, que o *status* "paralisado" representa ponto crucial a ser observado, tendo em vista o alto percentual (33,33% no Nordeste e 56,45% no Piauí) identificado. A confirmação de um elevado percentual de projetos de Parceria Público-Privadas (PPP) e



concessões com *status* "paralisado" nos estados do Nordeste e, de forma mais acentuada, no estado do Piauí, sugere a necessidade de um exame metucioso das causas subjacentes.

Este cenário pode refletir desafios relacionados com planejamento inadequado, falta de capacitação de servidores no setor público, falhas na execução, dificuldades de financiamento, questões regulatórias, falta de alinhamento entre os interesses públicos e privados, ou entraves burocráticos.

Segue abaixo, Tabela 1, na qual são demonstrados os percentuais comparativos dos *status* de iniciativas ente o estado do Piauí e a média observada nos estados do Nordeste.

Tabela 1 - Comparativo: status iniciativas Piauí x média Estados Nordeste (revisado nº contratos iniciados Piauí)

Status (iniciativas)	Média NE	Piauí
Paralisado	33,33%	56,45%
Contrato Iniciado	14,29%	19,35%
Cancelado	11,90%	8,06%
Modelagem Iniciada	11,90%	16,13%
Modelagem Encerrada	7,14%	
Consulta Pública Encerrada	2,38%	
Contrato Encerrado	2,38%	
Intenção Pública Anunciada	11,90%	
Licitação Encerrada	2,38%	
Licitação Iniciada		
Consulta Pública Aberta	2,38%	
	100,0%	100%

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

No Quadro 3.1 estão relacionados os contratos em execução, com dados retornados da pesquisa realizada no site da SUPARC, bem como informações sobre: nº do processo licitatório, modalidade de contratação, nº do contrato, valor (nominal), e prazo.



Quadro 3.1 – Executivo Estadual: contratos iniciados

Descrição	Licitação (abertura)	Modalidade	Contrato			
			Nº	Valor	Prazo	
Eficiência Energ e Tecnologia						
Miniusinas de Energia Solar	Conc nº 02/2019 (01/09/20)	PPP - Administrativa	8	Nº 01 ... 08 (07/12/20)	150.347.048,58	25 anos
Rede IP Multiserviços (Piauí Conectado) ⁽¹⁾	Conc nº 02/2017 (30/10/17)	PPP - Administrativa	1	Nº 01/2018 (05/06/18)	396.878.130,07	30 anos
Cultura, Lazer e Comércio						
Centro de Convenções	Chamamento Publ nº 02/2021 (02/06/21)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 01/2021 (09/06/21)	7.217.473,51	20 anos
CEAPI - Central de Abastecimento (nova Ceasa)	Conc Internacional nº 01/2017 (19/04/17)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 02/2017 (03/05/17)	84.357.742,00	30 anos
Hotel Serra da Capivara	Conc nº 01/2020 (19/04/22)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 01/2022 (23/05/22)	5.390.448,92	35 anos
Piauí Center Modas	Conc nº 01/2019 (01/06/21)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 002/2021 (05/07/21)	15.622.462,80	25 anos
Ginásio VERDÃO	Conc nº 01/2018 (15/01/19)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 01/2019 (27/02/19)	6.815.388,34	20 anos
Habitação e Urbanização						
Habitatar Servidor - Residencial Tiradentes	Chamamento Publ nº 01/2019 (09/06/20)	não identificado	1	S/N (28/08/20)	(2)	(2)
Meio Ambiente						
Bioparque Zoobotânico	Conc nº 002/2020 (08/11/21)	Concessão de Uso (onerosa)	1	Nº 004/2021 (22/12/21)	68.192.044,12	35 anos
Terminais Rodoviários						
Complexo Turístico (Terminal de Barra Grande)	(Audiência Pública - 23/10/19)	Permissão de Uso (gratuita)	1	Permissão Nº 001/2020 (22/12/20)	---	5 anos
Terminais Rodoviários: Teresina ⁽³⁾ , Picos e Floriano	Conc nº 001/2015 (03/11/15)	Concessão de Uso (onerosa)	3	Nº 01 ... 03 (03/12/15)	153.513.432,00	25 anos
Água e Esgoto						
Saneamento - Águas de Teresina	Conc Internacional nº 01/2016 (07/07/16)	Sub-concessão Plena	1	Nº 01/2017 (22/03/17)	1.731.580.000,00	31 anos
Aeroportos						
Aeroporto Parnaíba	Conc nº 01/2021 (20/12/21)	PPP - Patrocinada	1	Nº 01/2022 (14/02/22)	106.562.767,09	32 anos
Rodovias						
Rodovia Transcerrados	Conc nº 03/2020 (28/05/21)	PPP - Patrocinada	1	Nº 003/2021 (26/07/21)	650.049.692,73	30 anos
Total			23			

Nota:

⁽¹⁾ Valor inclui 4º Termo Aditivo, datado 07.05.2021 (projeto expansão): R\$ 214.055,786,65 (contrato) + R\$ 182.822.343,42 (aditivo) = R\$ 396.878.130,07.

⁽²⁾ Informação não localizada.

⁽³⁾ Prazo alterado de 25 anos para 30 anos, conforme 1º Termo Aditivo, datado 08.03.2017.

Fonte: site da SUPARC. Acesso: 20mar2024. Elaboração TCE-PI

Constata-se que os projetos acima relacionados totalizam, aproximadamente, R\$ 3,376 bilhões de reais contratados (valor nominal), sendo que os de maior representatividade, em termos de valores, são: Saneamento - Águas de



Teresina (51,28%), Rodovia Transcerrados (19,25%), e Rede IP Multiserviços (Piauí Conectado) (11,75%), respondendo por 82,29% do total.

Registre-se que o projeto Habitar Servidor – Residencial Tiradentes não se encontra relacionado nas iniciativas resultantes da pesquisa no Radar PPP⁴. No que diz respeito à modalidade de contratação, o Complexo Turístico (Terminal de Barra Grande) encontra-se relacionado como concessão de uso (modalidade inicialmente prevista, mas que não se confirmou por ocasião da contratação).

Registre-se também que o Contrato n° 01/2018, referente à Parceria Público Privada com a SPE Piauí Conectado está em fase de rescisão contratual, tendo sido constituída uma Comissão de Transição para implementar a operação da rede de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem da empresa Piauí Conectado (Publicação no Diário Oficial do Estado n° 43 de 01/03/2024).

3.3.2 Evolução dos Status dos projetos de desestatização nos Municípios Piauienses – quantitativos e comparativo Capitais do Nordeste

Quanto aos Municípios Piauienses, a atualização revelou que houve 9 (nove) novas iniciativas. Das 112 (cento e doze)² iniciativas retornadas da pesquisa realizada no site do Radar PPP⁴ encontram-se nas seguintes fases: intenção pública anunciada (6); modelagem iniciada (3); modelagem encerrada (2); consulta pública encerrada (3); licitação iniciada (3); contrato iniciado (11); paralisado (74); e cancelado (9).

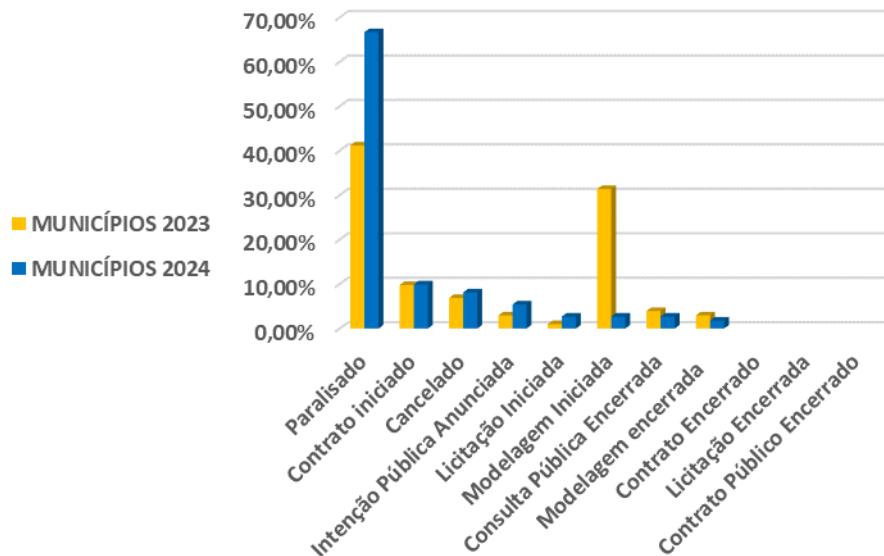
Nos Municípios Piauienses 41% das iniciativas de projetos de concessões encontram-se paralisadas.

No [Gráfico 3.15](#) pode-se observar melhor essa distribuição, a partir dos percentuais em relação ao total das iniciativas.

² Em 2023 foram identificadas 102 iniciativas.



Gráfico 3.15 – Municípios Piauienses: status iniciativas



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

Destaque na tabela abaixo para a elevação expressiva no percentual de projetos paralisados, passando de 41,18% em 2023 para 66,67% em 2024, junto à drástica redução das modelagens iniciadas de 31,37% para apenas 2,7% nos mesmos períodos. Esses números sinalizam um cenário preocupante no âmbito das iniciativas de 2023, sugerindo que grande parcela dos projetos planejados para o ano está atualmente sem avanço, apontando para possíveis dificuldades no planejamento, execução ou na obtenção de recursos necessários para a continuidade das ações.

Tabela 2 – Evolução comparativa status iniciativas

SITUAÇÃO (FASE)	MUNICÍPIOS 2023	MUNICÍPIOS 2024
Paralisado	41,18%	66,67%
Contrato iniciado	9,80%	9,91%
Cancelado	6,86%	8,11%
Intenção Pública Anunciada	2,94%	5,41%
Licitação Iniciada	0,98%	2,70%
Modelagem Iniciada	31,37%	2,70%
Consulta Pública Encerrada	3,92%	2,70%
Modelagem encerrada	2,94%	1,80%
Contrato Encerrado		
Licitação Encerrada		
Contrato Público Encerrado		
TOTAL	100%	100%

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI



Ainda, na pesquisa Radar PPP⁴ foi possível identificar os 10 (dez) contratos com status "iniciado". No Quadro 3.2 encontram-se relacionados, complementando as informações sobre: nº do processo licitatório, modalidade de contratação, nº do contrato, valor (nominal), e prazo, com os dados retornados da pesquisa realizada nos sistemas internos desta Corte de Contas (Licitações & Contratos Web e Capture (dados IEGM 2021)).

Quadro 3.2 – Municípios Piauienses - contratos iniciados

De	Licitação (abertura)	Modalidade	Contr		
			Nº	Valor	Prazo
Iluminação Pública					
Água Branca	Conc nº 01/2019 (18/02/19)	PPP - administrativa	Nº 01/2019 (31/07/19)	34.944.776,64	24 anos
Angical do Piauí	Conc nº 02/2022 (30/05/22)	PPP - Administrativa	Nº 01/2022 (02/08/22)	28.079.528,06	25 anos
Campo Maior	Conc nº 01/2017 (30/01/17)	PPP - Administrativa	Nº 01/2017 (24/08/17)	47.530.008,00	24 anos
Castelo do Piauí	Conc nº 01/2020 (08/04/20)	PPP - Administrativa	Nº 01/2021 (02/12/21)	31.038.336,00	24 anos
Oeiras	Conc nº 01/2021 (13/09/21)	PPP - Administrativa	Nº 014/2022 (09/03/22)	51.840.000,00	24 anos
Porto	Conc nº 01/2019 (25/02/19)	PPP - Administrativa	Nº 032/2019 (08/07/19)	17.341.885,40	24 anos
Teresina	Conc nº 01/2019 (06/08/19)	PPP - Administrativa	Nº 13/2020 (16/07/20)	418.873.950,00	20 anos
Água e Esgoto					
Antônio Almeida	Conc. Nº 001/2018	Concessão Comum	Nº 37/2019 (29/03/2019)	23.549.127,00	30 anos
Bom Princípio do Piauí	Conc nº 003/2018 (13/07/18)	Concessão Comum		10.152.182,22	30 anos
Landri Sales	Conc. Nº 001/2019	Concessão Comum	Nº 41/2019 (21/10/2019)	23.811.933,99	30 anos

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024); Fonte: sistemas internos TCE-PI (Licitações & Contratos Web, Capture (dados IEGM 2021)). Elaboração TCE-PI

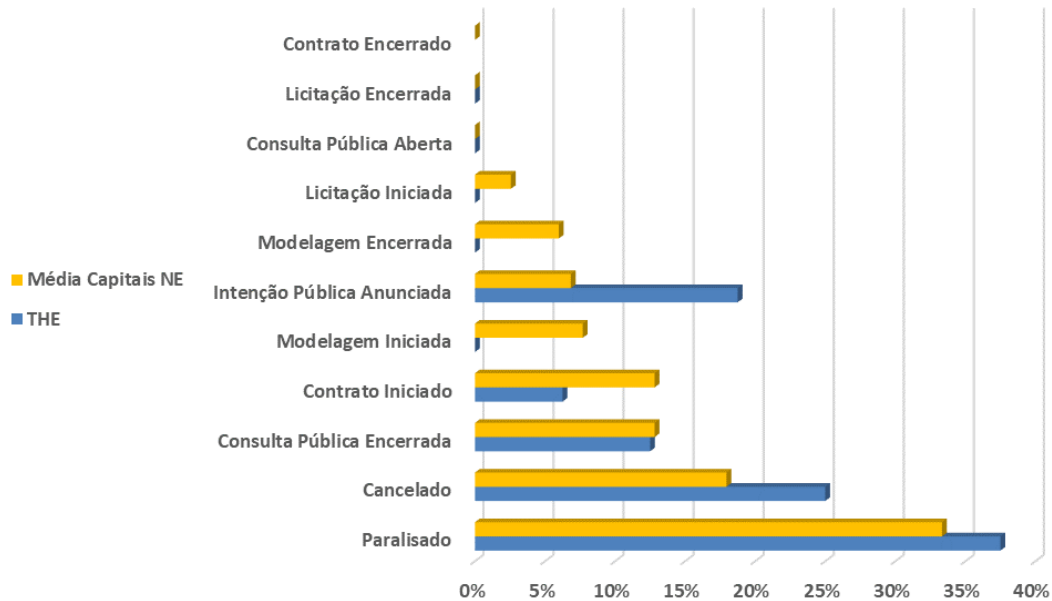
Constata-se que os projetos acima relacionados totalizam, aproximadamente, R\$ 687 milhões de reais contratados, sendo que o de maior representatividade, em termos de valores, é a Iluminação Pública de Teresina, respondendo por 60% do total.

Especificamente com relação à Capital, Teresina registrou 16 (dezesseis) iniciativas em 2024, mesmo número observado em 2023, com mudança apenas do *status* das fases, conforme se segue: intenção pública anunciada (3); consulta pública encerrada (2); contrato iniciado (1); paralisado (6); e cancelado (4).

No [Gráfico 3.16](#) apresenta-se, em porcentagem, o comparativo do status das iniciativas da Capital, Teresina, e a média das Capitais do Nordeste.



Gráfico 3.16 - Comparativo: status iniciativas Teresina x média Capitais Nordeste



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

A situação dos projetos em Teresina destaca-se em comparação com a média do Nordeste, principalmente nos segmentos de projetos paralisados, cancelados e com intenção pública anunciada. A cidade apresenta uma porcentagem de 37,50% de projetos paralisados, patamar acima da média regional de 33,33%. Da mesma forma, os projetos cancelados representam 25,00% em Teresina, contra uma média de 17,95% no Nordeste, refletindo uma tendência mais acentuada de interrupção e desistência de iniciativas.

Notadamente, Teresina também supera a média nordestina na categoria de intenção pública anunciada, com 18,75% contra 6,84%, indicando um maior volume de projetos ainda na fase inicial de planejamento ou proposição.

3.4 Originação dos projetos de desestatização no Estado do Piauí e Municípios

A equipe de fiscalização procurou identificar os projetos cujos estudos de viabilidade e/ou modelagem tiveram origem por meio de PMI ou MIP.

No âmbito do Executivo Estadual, em pesquisa realizada no site da SUPARC, foi possível constatar 12 (doze) iniciativas por meio PMI/MIP, dentre as quais



3 (três) encontram-se com contrato em execução: Piauí Conectado (em fase de rescisão contratual), Piauí Center Modas, e Aeroporto de Parnaíba.

Para 13 (treze) iniciativas que resultaram em contratação, os estudos foram liderados pelo Setor Público: Mini-usinas de Energia Solar (8), Centro de Convenções, CEAPI – Central de Abastecimento (Nova Ceasa), Ginásio Verdão, Bioparque Zoobotânico, e Complexo Turístico (Terminal Barra Grande).

Para as outras 7 (sete) iniciativas que resultaram em contratação, não foi possível identificar a origem dos estudos: Hotel Serra da Capivara, Habitar Servidor – Residencial Tiradentes, Terminais Rodoviários (Teresina, Picos e Floriano), Saneamento – Águas de Teresina, e Rodovia Transcerrados.

Especificamente para a Capital, Teresina, a pesquisa realizada no Radar PPP⁴ retornou 4 (quatro) iniciativas por meio PMI/MIP, todas com o status “paralisado”: Terminais de Integração e Estações de Embarque e Desembarque, Bicicletas compartilhadas, Eficiência Energética, e Estacionamento Rotativo.

Por fim, com as pesquisas realizadas foi possível informar que nenhum projeto foi iniciado por meio de *sandbox* regulatório (Lei Complementar nº 182/2021), em nenhuma das esferas da administração, seja estadual ou municipal.

3.5 Distribuição, por região geográfica, dos projetos de desestatização do Estado do Piauí e Municípios

O Piauí está dividido em 12 (doze) Territórios de Desenvolvimento (TD), e estes estão subdivididos em Aglomerados de Municípios (AM).

No âmbito do Executivo Estadual, inicialmente, observa-se concentração de projetos nas regiões geográficas que englobam as cidades de grande porte, como Teresina, Parnaíba e Uruçuí.

No Executivo Estadual 50,8% das iniciativas de concessões e parcerias com o setor privado são nos segmentos Unidades Administrativas e Serviços Públicos; Cultura, Lazer e Comércio; Eficiência Energética e Tecnologia, e Água e Esgoto.

Em 2024, as Regiões Geográficas mais atendidas pelos projetos de concessões e parcerias com o setor privado são os Territórios de Desenvolvimento que congregam as cidades acima citadas, a saber: TD Entre Rios, TD Planície Litorânea e TD Tabuleiros do Alto Parnaíba, permanecendo o quadro observado em 2023, sem alterações significativas.



Observa-se, também, que nos demais TDs há grande capilaridade de projetos dos diversos segmentos, tendo em vista fatores como o porte do município, como também a potencialidade local.

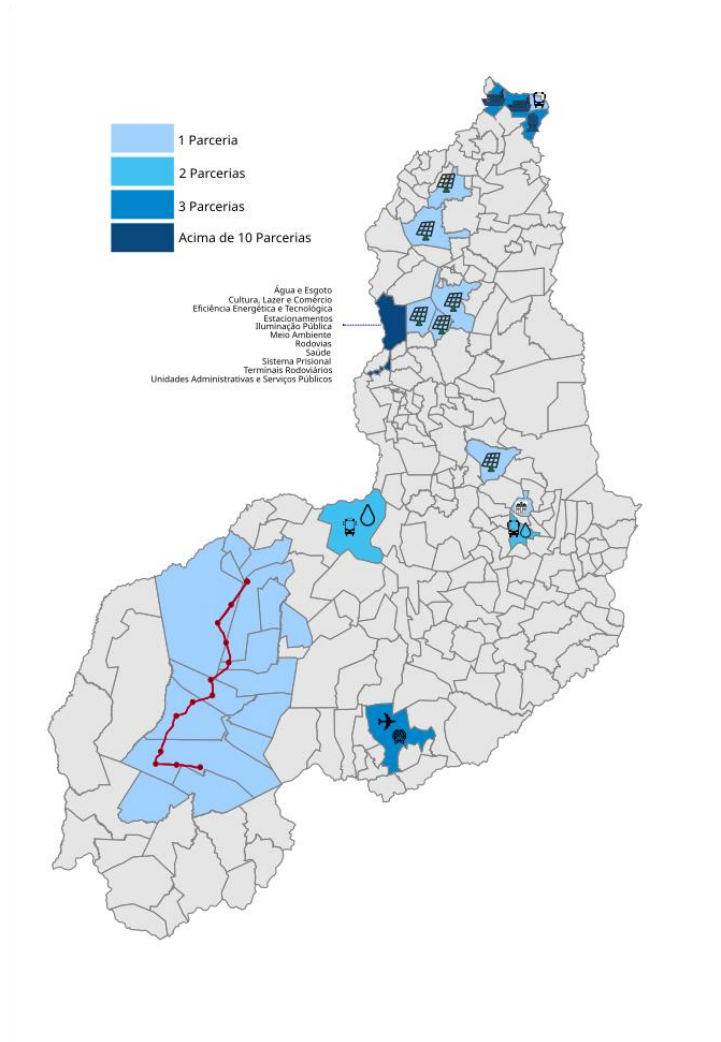
Como exemplo, cita-se a Transcerrados³, no segmento de rodovias, um projeto estratégico para o Agronegócio Piauiense (Rota da Soja) que se integra ao MATOPIBA, território de desenvolvimento regional, que reúne os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

No mapa da [Figura 3.1](#) tem-se a visão panorâmica desta distribuição.

³ Atende as seguintes cidades: Uruçuí, Sebastião Leal, Bertolândia, Antônio Almeida, Landri Sales, Eliseu Martins, Manoel Emídio, Alvorada do Gurguéia, Cristino Castro, Palmeira do Piauí, Currais, Santa Luz, Bom Jesus, Redenção de Gurguéia, Monte Alegre do Piauí e grandes povoados como Palestina.



Figura 3.1 – Estado do Piauí (Executivo): distribuição das iniciativas por localização



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

No âmbito dos Municípios Piauienses, inicialmente observa-se concentração de projetos nas regiões geográficas que englobam as cidades de grande porte, como Teresina, Parnaíba e Floriano.

As regiões geográficas mais atendidas pelos projetos de concessões e parcerias com o setor privado são os Territórios de Desenvolvimento que congregam as cidades acima citadas, a saber: TD Entre Rios, TD Planície Litorânea e TD Vale dos Rios Piauí e Itaueiras.

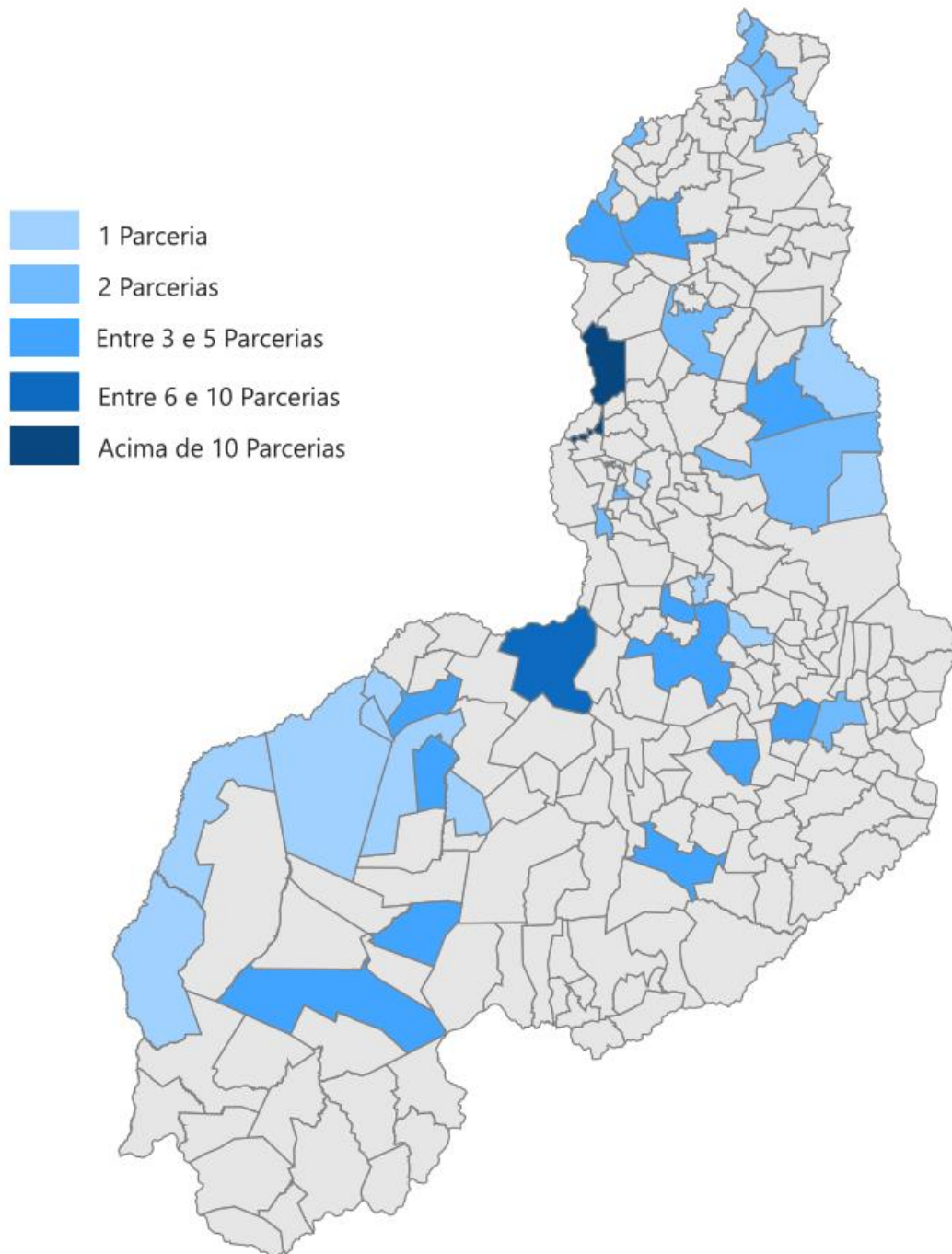
Nos Municípios Piauienses 75% das iniciativas de concessões e parcerias com o setor privado são dos segmentos Iluminação Pública, Água e Esgoto e Eficiência energética e tecnologia

Observa-se, também, que nos demais TDs há grande capilaridade de projetos dos diversos segmentos, tendo em vista o interesse local atribuído pelas Constituição Federal e Estadual do Piauí.

No mapa da [Figura 3.2](#) tem-se a visão panorâmica desta distribuição.



Figura 3.2 – Municípios Piauienses: distribuição das iniciativas por município



Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

4 CONCLUSÃO

Realizado o Levantamento, tendo como objetivo realizar atualização identificados em 2023 relativos aos programas e ações governamentais sobre parcerias do Setor Público com o Privado no Estado do Piauí e Municípios, compreendendo os exercícios de 2016 a 2024 (1º trimestre), pode-se evidenciar um panorama de como se encontram as iniciativas dos projetos de concessões e parcerias em sentido amplo, vistas como instrumento importante para viabilizar a oferta de infraestrutura econômica (relacionada ao setor produtivo como transporte, energia e telecomunicação) e social (relacionada, por exemplo, à saúde (hospitais), educação (escolas e universidades), instalações públicas (moradias comunitárias e prisões)), com potencial de agregar qualidade de vida à população.



A partir das pesquisas realizadas, como detalhado no item 1.2, considerando tais iniciativas nos diversos estágios de desenvolvimento (*status*), desde: Intenção pública anunciada; Modelagem; Consulta pública; Licitação; Contratação; Paralisado; ou Cancelado, como também os diversos segmentos: Eficiência Energética e Tecnologia; Iluminação Pública; Cultura, Lazer e Comércio; Educação; Estacionamento; Habitação e Urbanização; Meio Ambiente; Saúde; Sistema Funerário; Sistema Prisional; Terminais Rodoviários; Unidades Administrativas e Serviços Públicos; Água e Esgoto; Resíduos Sólidos; Aeroportos; Ferrovias; Mobilidade; Portos; e Rodovias, os resultados⁴ são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Resultados do Levantamento: iniciativas / nº segmentos

Local	Iniciativas	Segmentos
Estado do Piauí	63	17
Municípios Piauienses	112	12
Teresina	16	11
Média Estados Nordeste ⁵	40	18
Média Capitais Nordeste ⁵	16	14

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

No âmbito do Executivo Estadual os segmentos com maior percentual de iniciativas são: Unidades Administrativas e Serviços Públicos (17,46%), Cultura, Lazer e Comércio (14,28%), Eficiência Energética e Tecnologia (11,11%), Água e Esgoto (7,93%), e Saúde (6,34%), englobando aproximadamente 57,14% dos registros.



Quanto aos Municípios Piauienses, tendo em vista o interesse local atribuído pela CF/88, os segmentos com maior percentual de iniciativas são: Água e Esgoto (32,14%), Iluminação Pública (24,11%), Eficiência Energética e Tecnologia (18,75%), e Resíduos Sólidos (12,5%), englobando aproximadamente 87,50% dos registros.

Quanto a Capital Teresina, os segmentos destacados são: Mobilidade (18,75%), seguido por Eficiência Energética e Tecnologia, Cultura, Lazer e Comércio, e Saúde (12,5% cada), englobando aproximadamente 56% dos registros. No caso particular da capital Teresina, não houve alterações no quantitativo dos dados em relação a 2023.

Com relação às modalidades definidas de contratação, os resultados⁴ das pesquisas realizadas são apresentados na **tabela 4**. Destaca-se que no âmbito estadual os registros informam a modalidade definida para 24 (vinte e quatro) das 63 (sessenta e três) iniciativas. Para os municípios, os registros informam a modalidade definida para 45 (quarenta e cinco) das 112 (cento e doze) iniciativas. Já para a Capital Teresina, os registros informam a modalidade definida para 13 (treze) das 16 (dezesesseis) iniciativas.

Tabela 4 - Resultados do Levantamento: iniciativas / nº segmentos

Modalidade	Concessão Comum	Concessão de Uso	PPP Administrativa	PPP Patrocinada
Estado do Piauí	2	8	10	4
Municípios Piauienses	16	2	26	1
Teresina	5	1	6	1
Média Estados Nordeste ⁵	3	4	6	2
Média Capitais Nordeste ⁵	2	1	2	1

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

Especificamente para o Estado do Piauí, pesquisa realizada no site da SUPARC retornou 23 (vinte e três) contratos iniciados (Quadro 3.1), confirmando a predominância da modalidade de contratação como Concessão Administrativa (PPP Administrativa). Em termos de valor contratado importam em, aproximadamente, R\$ 3,376 bilhões de reais (valor nominal), sendo que os de maior representatividade, em termos de valores, são: Saneamento - Águas de Teresina (51,28%), Rodovia Transcerrados (19,25%), e Piauí Conectado (em fase de rescisão contratual) (11,75%), respondendo por 82,29% do total.

Registra-se que a modalidade de contratação como Concessão Administrativa (PPP Administrativa) também é a mais elegida com relação à região Nordeste, seja na média dos estados ou das capitais, bem como com relação a Capital



Teresina. Com relação a esta, os valores contratados são da ordem de R\$ 687 milhões de reais, sendo que o de maior representatividade, em termos de valores, é a Iluminação Pública de Teresina, respondendo por 60% do total (**Quadro 3.2**)

Retomando o aspecto do estágio de desenvolvimento (*status*) das iniciativas, os resultados⁴ são apresentados na Tabela .

A análise do *status* "Paralisado" dos projetos no Estado do Piauí, em relação à média dos estados do Nordeste, revela percentual significativo que merece atenção.

Conforme os dados apresentados (fev. 2024), 56,45% dos projetos no Piauí estão atualmente paralisados. Esta porcentagem é consideravelmente mais alta (aprox. 70%) do que a média observada nos estados do Nordeste, que se situa em 33,33%.

Esta diferença sugere que o Piauí enfrenta desafios específicos que impactam a continuidade dos seus projetos de forma mais acentuada do que em outros estados da região. A paralisação de mais da metade dos projetos pode indicar problemas estruturais, administrativos ou financeiros mais graves, que necessitam de intervenções específicas e direcionadas para retomar o progresso dessas iniciativas.

Por seu turno, ao analisar o *status* "Contrato Iniciado" para o Estado do Piauí em comparação à média dos estados do Nordeste, nota-se uma situação contrastante com o cenário anterior. Conforme os dados extraídos em fev. de 2024, 19,35% dos projetos no Piauí estão com o contrato iniciado, enquanto a média para os estados do Nordeste é de 14,29%. Este dado coloca o Piauí acima da média regional, indicando um aspecto positivo na iniciativa de projetos dentro do estado.

Em síntese, enquanto o Estado do Piauí mostra um desempenho acima da média do Nordeste no que diz respeito ao início de contratos, a atenção deve ser mantida na gestão contínua desses projetos para garantir sua conclusão eficaz. A implementação de práticas robustas de gerenciamento de projetos e o monitoramento constante são fundamentais para capitalizar sobre o bom início e assegurar os resultados desejados para a população piauiense.

Tabela 5 - Resultados do Levantamento: status das iniciativas

Status	Estado do Piauí	Municípios Piauienses	Teresina	Média Estados Nordeste ⁵	Média Capitais Nordeste ⁵
Intenção Pública Anunciada		2,94%	18,75%	11,90%	6,84%
Modelagem Iniciada	16,13 %	31,37%		11,90%	7,69%
Modelagem Encerrada		2,94%		7,14%	5,98%
Consulta Pública Aberta				2,38%	



Consulta Pública Encerrada	1,75%	3,92%	12,50%	2,38%	12,82%
Licitação Iniciada		0,98%			2,56%
Licitação Encerrada				2,38%	
Contrato Iniciado	19,35%	9,80%	6,25%	14,29%	12,82%
Contrato Encerrado				2,38%	
Paralisado	56,45%	41,18%	37,50%	33,33%	33,33%
Cancelado	8,06%	6,86%	25,00%	11,90%	17,95%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

Dos dados apresentados, observou-se que, embora o Estado do Piauí tenha um percentual mais elevado de iniciativas paralisadas (56,45%) frente à média dos Estados do Nordeste (33,33%), o percentual de contratos iniciados (19,35%) é superior à média dos estados da região (14,29%). Quanto à Capital, Teresina, observou-se que a média das iniciativas com o status “paralisada” é semelhante quando se trata da média das Capitais do Nordeste. Com relação aos contratos iniciados o percentual da Capital Piauiense corresponde à metade da média das Capitais Nordestinas.

Com relação à origem dos projetos de desestatização no âmbito do Executivo Estadual, a pesquisa realizada no site da SUPARC identificou: (i) 3 contratos em execução tiveram origem por meio PMI/MIP: Rede IP Multiserviços (Piauí Conectado), Piauí Center Modas, e Aeroporto de Parnaíba; (ii) outros 13 contratos, os estudos foram liderados pelo Setor Público: Miniusinas de Energia Solar (8), Centro de Convenções, CEAPI – Central de Abastecimento (Nova Ceasa), Ginásio Verdão, Bioparque Zoobotânico e Complexo Turístico (Terminal Barra Grande); (iii) para os demais contratos não foi possível identificar a origem dos estudos. Com relação à Capital Teresina, as iniciativas originadas via PMI/MIP encontram-se “paralisadas”.

Quanto à distribuição, por região geográfica, dos projetos de concessões e parcerias com o setor privado no âmbito do Executivo Estadual, observou-se que a concentração dá-se nos Territórios de Desenvolvimento Entre Rios, Planície Litorânea e Tabuleiros do Alto Parnaíba, regiões geográficas que englobam as cidades de maior porte, como Teresina, Parnaíba e Uruçuí. Nos demais TDs, observou-se grande capilaridade de projetos dos diversos segmentos, em virtude, além do porte do município, da potencialidade local, como o importante projeto Transcerrados⁶ no segmento de Rodovias.



Em relação aos Municípios Piauienses, a concentração das iniciativas por Território de Desenvolvimento acompanha o que ocorre a nível estadual, englobando as cidades de maior porte, como Teresina, Parnaíba e Floriano.

5 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Considerando que o processo de levantamento não acarreta sanções e que a modalidade processual dispensa a citação dos gestores, a Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações (DFCONTRATOS) requer a submissão desse relatório ao Plenário para conhecimento e deliberação quanto às seguintes propostas de encaminhamento:

Preliminarmente:

a) Remessa dos autos ao representante do Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, na forma regimental.

Ao final do procedimento:

b) Encaminhamento do presente Relatório de Levantamento para comunicação dos resultados, para ciência, por meio do cadastro de avisos (sistema interno – TCE-PI):

b1 Aos gestores do Governo do Estado do Piauí, Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Prefeituras e Câmaras Municipais;

b2 Ao gestor da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), dada a atribuição como órgão responsável por gerir as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões realizadas pela Administração Pública Estadual, a qual está vinculada a Superintendência de Parcerias e Concessões (SUPARC), entidade responsável por coordenar as atividades do Conselho Gestor de PPP e Concessões entre outras atribuições, como executar as atividades operacionais e de coordenação de parcerias público-privadas;

b3 Ao gestor da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí (AGRESPI), autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar os serviços públicos delegados do Estado do Piauí;

b4 Ao gestor da Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina (ARSETE), autarquia de regime especial, com a função de entidade reguladora, normatizadora, de controle e fiscalização dos serviços públicos do município;



b5 Ao gestor da Agência Parnaibana de Regulação de Serviços Públicos (ASERPA), autarquia de regime especial, com a função de entidade reguladora, normatizadora, de controle e fiscalização dos serviços públicos do Município de Parnaíba;

b6 Ao gestor da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Estado do Piauí (Investe Piauí);

b7 Ao gestor do Instituto de Águas e Esgotos do Piauí (IAEPI).

c) Encaminhamento do presente Relatório de Levantamento para comunicação dos resultados, para ciência:

c1 À Associação Piauiense de Municípios (APPM);

c2 À União das Câmaras Municipais do Estado do Piauí (AVEP).

d) Autorização para promoção de divulgação dos resultados obtidos por meio dos painéis/infográficos resultantes desse trabalho, nos meios de comunicação, no site institucional e redes sociais do TCE-PI, a fim de oferecer ao cidadão o acesso à informação clara e de fácil compreensão, fortalecendo assim o controle social;

e) Após todas as providências, determinar o arquivamento do feito.

Registra-se que o presente Levantamento oportunizou identificar temas específicos para o PACEX 2024/2025, e será utilizado como baliza para a realização de outros trabalhos de fiscalização de iniciativa da DFCONTRATOS 5.

É o relatório.

Teresina, 22 de março de 2024.

(assinado digitalmente)

Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo
Auditora de Controle Externo – Área Jurídica
Matrícula 97.687-3

(assinado digitalmente)

Leonardo César Santos Chaves
Auditor de Controle Externo – Área Comum
Matrícula 97.855-8

SUPERVISÃO:

(assinado digitalmente)

Enrico Ramos de Moura Maggi
Auditor de Controle Externo – Área Jurídica
Matrícula 97.628-8
Chefe da DFCONTRATOS 5

VISTO:

(assinado digitalmente)

Elbert Silva Luz Alvarenga
Auditor de Controle Externo – Área Jurídica
Matrícula 97.452-8
Diretor da DFCONTRATOS



APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS SITES OFICIAIS DOS ESTADOS DO NORDESTE

Os dados foram acessados a partir de fevereiro de 2023.

PIAUÍ:

<http://www.ppp.pi.gov.br/pppteste/>

ALAGOAS:

<https://www.alagoasativos.com.br/ppps-e-concessoes/consultas-e-audiencias-publicas/>

BAHIA:

<http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/ppp/projetos.htm>

CEARÁ:

<http://papp.seplag.ce.gov.br/papp/index.php/2016-10-05-20-03-04>

MARANHÃO:

<https://mapa.ma.gov.br/>

PARAÍBA:

<https://ppp.pb.gov.br/programa-estadual-de-parceria-publico-privada>

PERNAMBUCO:

<https://www.parcerias.pe.gov.br/>

SERGIPE:

<https://www.ppp.se.gov.br/carteira-de-projetos/>



APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS PROJETOS, POR SEGMENTO, NO ESTADO DO PIAUÍ (pesquisa Radar PPP⁴)

Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
1	Piauí Conectado	PIAUÍ	Eficiência Energética e Tecnológica	Cancelado
2	Serviços Compartilhados do Centro Administrativo	Piauí	Eficiência Energética e Tecnológica	Cancelado
3	Miniusinas de Energia Solar	Campo Maior, Altos, Barras, Coivaras, Esperantina, Valença	Eficiência Energética e Tecnológica	Contrato Iniciado
4	Rede IP Multiserviços	PIAUÍ	Eficiência Energética e Tecnológica	Contrato Iniciado
5	Piauí Inteligente	PIAUÍ	Eficiência Energética e Tecnológica	Modelagem (A)
6	Centro Estadual de Biotecnologia	Teresina	Eficiência Energética e Tecnológica	Paralisado
7	Conexão de Internet nas Unidades Escolares Estaduais	PIAUÍ	Eficiência Energética e Tecnológica	Paralisado
8	Parque de Iluminação do Centro Administrativo	Teresina	Iluminação Pública	Paralisado
9	Complexo Turístico do Estado	Luís Correia	Cultura, Lazer e Comércio	Cancelado
10	Central de Abastecimento do Piauí - Ceapi	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
11	Centro de Convenções de Teresina	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
12	Complexo Esportivo Verdão	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
13	Hotel Serra da Capivara	São Raimundo Nonato	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
14	Piauí Center Modas	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Contrato Iniciado
15	Central de Artesanato Mestre Dezinho	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
16	Estádio Albertão	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
17	Rede de Infraestrutura Escolar	Piauí	Educação	Paralisado
18	Prédio Garagem do Centro Administrativo	Teresina	Estacionamentos	Paralisado
19	Parque Zoológico de Teresina	Teresina	Meio Ambiente	Contrato Iniciado
20	Colônia Agrícola Sustentável	PIAUÍ	Meio Ambiente	Paralisado
21	Complexo de Piscicultura do Piauí	Piauí	Meio Ambiente	Paralisado
22	Rede de Saúde Digital	PIAUÍ	Saúde	Consulta Pública Encerrada
23	Central de Lavanderia Hospitalar e Centro de Material e Esterilização	PIAUÍ	Saúde	Paralisado



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
24	Hospital Materno-Infantil	Teresina	Saúde	Paralisado
25	Nova Maternidade	Teresina	Saúde	Paralisado
26	Complexo Criminal da Grande Teresina	Teresina	Sistema Prisional	Paralisado
27	Sistema Prisional		Sistema Prisional	Paralisado
28	Terminal Barra Grande	Cajueiro da Praia	Terminais Rodoviários	Cancelado
29	Terminais Rodoviários	Teresina, Picos e Floriano	Terminais Rodoviários	Contrato Iniciado
30	Centro Administrativo	Teresina	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
31	Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão – Parnaíba	Parnaíba	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
32	Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão - São João do Piauí	São João do Piauí	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
33	Centros Integrados de Atendimento aos Cidadãos	PIAUÍ	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
34	Complexo da Secretaria de Segurança	Teresina	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
35	Gestão Integrada do Corpo de Bombeiros		Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
36	Piauí Eficiente	PIAUÍ	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
37	Plataforma Logística Multimodal	ESTADO	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
38	Sede do Ministério Público	Teresina	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
39	Unidade do Programa Espaço da Cidadania de Teresina	Teresina	Unid Administrativas e Serv Públicos	Paralisado
40	Saneamento Básico de Teresina	Teresina	Água e Esgoto	Contrato Iniciado
41	Saneamento Básico de Floriano	Floriano	Água e Esgoto	Paralisado
42	Saneamento Básico de Picos	Picos	Água e Esgoto	Paralisado
43	Saneamento Básico dos Municípios da Região de Entre Rios	PIAUÍ	Água e Esgoto	Paralisado
44	Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Municípios	PIAUÍ	Água e Esgoto	Paralisado
45	Gestão de Resíduos de Saúde	PIAUÍ	Resíduos Sólidos	Paralisado
46	Resíduos Sólidos Urbanos - Municípios	PIAUÍ	Resíduos Sólidos	Paralisado
47	Aeroporto de Parnaíba	Parnaíba	Aeropostos	Contrato Iniciado



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
48	Aeroporto de São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato	Aeroportos	Paralisado
49	Aeroporto Serra da Capivara	São Raimundo Nonato	Aeroportos	Paralisado
50	Ferrovia de Luís Correia	Luís Correia	Ferrovias	Paralisado
51	Hidrovia do Rio Parnaíba	PIAUÍ	Mobilidade	Paralisado
52	Veículo Leve sobre Trilhos	Teresina	Mobilidade	Paralisado
53	Porto das Barcas	Parnaíba	Portos	Paralisado
54	Porto de Luís Correia	Luís Correia	Portos	Paralisado
55	Rodovia Transcerrados	Uruçuí, Sebastião Leal, Bertolândia, Antônio Almeida, Landri Sales, Eliseu Martins, Manoel Emídio, Alvorada do Gurguéia, Cristino Castro, Palmeira do Piauí, Currais, Santa Luz, Bom Jesus, Redenção de Gurguéia, Monte Alegre do Piauí e grandes povoados como Palestina	Rodovias	Contrato Iniciado
56	Contorno Rodoviário de Teresina	Teresina	Rodovias	Paralisado
57	Duplicação da BR 343	Teresina, Altos, Campo Maior	Rodovias	Paralisado

(A) Modelagem - Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados
(C) Modelagem - Estudos Liderados pelo Setor Público Encerrados

(B) Modelagem - PMI Iniciado
(D) Modelagem - PMI Encerrado

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI



APÊNDICE C - RELAÇÃO DOS PROJETOS, POR SEGMENTO, NOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES (pesquisa Radar PPP⁴)

Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
1	Usina Solar Fotovoltaica	Barras	Eficiência Energética e Tecnologia	Cancelado
2	Usina de Energia Fotovoltaica	Teresina	Eficiência Energética e Tecnologia	Consulta Pública Encerrada
3	Usina Solar Fotovoltaica	Bertolínia	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
4	Usina Solar Fotovoltaica	Floriano	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
5	Usina Solar Fotovoltaica	Jaicós	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
6	Usina Solar Fotovoltaica	Campinas do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
7	Usina Solar Fotovoltaica	Tanque do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
8	Usina Solar Fotovoltaica	Itainópolis	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
9	Usina Solar Fotovoltaica	Castelo do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
10	Usina Solar Fotovoltaica	Miguel Alves	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
11	Usina Solar Fotovoltaica	Cristino Castro	Eficiência Energética e Tecnologia	Modelagem (A)
12	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	Oeiras	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
13	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	Floriano	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
14	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	São João do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
15	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	Landri Sales	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
16	Cidades Inteligentes e Serviços Inteligentes	Miguel Alves	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
17	Eficiência Energética	Teresina	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
18	Geração de Energia Distribuída	Bom Princípio do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
19	Usina Solar Fotovoltaica	São João do Piauí	Eficiência Energética e Tecnologia	Paralisado
20	Iluminação Pública	Barras	Iluminação Pública	Cancelado
21	Iluminação Pública	São Miguel do Tapuio	Iluminação Pública	Cancelado
22	Iluminação Pública	São João do Piauí	Iluminação Pública	Consulta Pública Encerrada
23	Iluminação Pública	Angical do Piauí	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
24	Iluminação Pública	Castelo do Piauí	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
25	Iluminação Pública	Oeiras	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
26	Iluminação Pública	Porto	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
27	Iluminação Pública	Água Branca	Iluminação Pública	Contrato Iniciado



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
28	Iluminação Pública	Teresina	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
29	Iluminação Pública	Campo Maior	Iluminação Pública	Contrato Iniciado
30	Iluminação Pública Bom Jesus	Bom Jesus	Iluminação Pública	Intenção Pública Anunciada
31	Iluminação Pública	Bertolínia	Iluminação Pública	Modelagem (A)
32	Iluminação Pública	Campinas do Piauí	Iluminação Pública	Modelagem (A)
33	Iluminação Pública	Tanque do Piauí	Iluminação Pública	Modelagem (A)
34	Iluminação Pública	Itainópolis	Iluminação Pública	Modelagem (A)
35	Iluminação Pública	Cristino Castro	Iluminação Pública	Modelagem (A)
36	Iluminação Pública	Jaicós	Iluminação Pública	Modelagem (A)
37	Iluminação Pública	Floriano	Iluminação Pública	Modelagem (D)
38	Iluminação Pública	Buriti dos Lopes	Iluminação Pública	Paralisado
39	Iluminação Pública	Ilha Grande	Iluminação Pública	Paralisado
40	Iluminação Pública	Landri Sales	Iluminação Pública	Paralisado
41	Iluminação Pública	Madeiro	Iluminação Pública	Paralisado
42	Iluminação Pública	Miguel Alves	Iluminação Pública	Paralisado
43	Estádio Lindolfo Monteiro	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
44	Mercados Públicos	Teresina	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
45	Parque de Eventos na Beira Rio	Floriano	Cultura, Lazer e Comércio	Paralisado
46	Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs)	Teresina	Educação	Modelagem (C)
47	Estacionamentos Rotativos	Teresina	Estacionamentos	Paralisado
48	Parques Públicos	Teresina	Meio Ambiente	Paralisado
49	Centro Logístico de Saúde	Teresina	Saúde	Cancelado
50	Centro Logístico de Medicamentos	Teresina	Saúde	Paralisado
51	Cemitérios	Teresina	Sistema Funerário	Intenção Pública Anunciada
52	Abatedouro Público de Parnaíba	Parnaíba	Unid Administrativas e Serv Públicos	Cancelado
53	Abast. de água e Esgotamento sanitário	São Miguel do Tapuio	Água e Esgoto	Cancelado
54	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Água Branca	Água e Esgoto	Cancelado
55	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Floriano	Água e Esgoto	Consulta Pública Encerrada
56	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Antônio Almeida	Água e Esgoto	Contrato Iniciado
57	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Landri Sales	Água e Esgoto	Contrato Iniciado



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
58	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Bom Princípio do Piauí	Água e Esgoto	Contrato Iniciado
59	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Eliseu Martins	Água e Esgoto	Licitação Iniciada
60	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Bertolínia	Água e Esgoto	Modelagem (A)
61	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Campinas do Piauí	Água e Esgoto	Modelagem (A)
62	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Tanque do Piauí	Água e Esgoto	Modelagem (A)
63	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Itainópolis	Água e Esgoto	Modelagem (A)
64	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Barras	Água e Esgoto	Modelagem (A)
65	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Angical do Piauí	Água e Esgoto	Modelagem (A)
66	Drenagem Urbana	Teresina	Água e Esgoto	Modelagem (A)
67	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Bom Jesus	Água e Esgoto	Modelagem (B)
68	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Santa Filomena	Água e Esgoto	Paralisado
69	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Assunção do Piauí	Água e Esgoto	Paralisado
70	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Cristino Castro	Água e Esgoto	Paralisado
71	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Barro Duro	Água e Esgoto	Paralisado
72	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Parnaíba	Água e Esgoto	Paralisado
73	Abast. de água e Esgotamento sanitário	São João do Piauí	Água e Esgoto	Paralisado
74	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Barra D'Alcântara	Água e Esgoto	Paralisado
75	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Madeiro	Água e Esgoto	Paralisado
76	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Castelo do Piauí	Água e Esgoto	Paralisado
77	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Cocal	Água e Esgoto	Paralisado
78	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Sebastião Leal	Água e Esgoto	Paralisado
79	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Ipiranga do Piauí	Água e Esgoto	Paralisado
80	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Miguel Alves	Água e Esgoto	Paralisado
81	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Porto	Água e Esgoto	Paralisado
82	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Uruçuí	Água e Esgoto	Paralisado
83	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Ribeiro Gonçalves	Água e Esgoto	Paralisado
84	Abast. de água e Esgotamento sanitário	Campo Maior	Água e Esgoto	Paralisado
85	Resíduos Sólidos	Teresina	Resíduos Sólidos	Consulta Pública Encerrada
86	Resíduos Sólidos Bom Jesus	Bom Jesus	Resíduos Sólidos	Intenção Pública Anunciada
87	Resíduos Sólidos	Bertolínia	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)



Nº	Nome do Projeto	Localização/Município	Segmento	Fase
88	Resíduos Sólidos	Campinas do Piauí	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
89	Resíduos Sólidos	Tanque do Piauí	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
90	Resíduos Sólidos	Itainópolis	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
91	Resíduos Sólidos	Barras	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
92	Resíduos Sólidos	Buriti dos Montes	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
93	Resíduos Sólidos	Cristino Castro	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
94	Resíduos Sólidos	Miguel Alves	Resíduos Sólidos	Modelagem (A)
95	Resíduos Sólidos	Floriano	Resíduos Sólidos	Modelagem (B)
96	Resíduos Sólidos	Oeiras	Resíduos Sólidos	Paralisado
97	Resíduos Sólidos	São João do Piauí	Resíduos Sólidos	Paralisado
98	Resíduos Sólidos	Landri Sales	Resíduos Sólidos	Paralisado
99	Mobilidade Urbana	Teresina	Mobilidade	Modelagem (C)
100	Bicicletas compartilhadas	Teresina	Mobilidade	Paralisado
101	Mobilidade Urbana e Transporte Público	Oeiras	Mobilidade	Paralisado
102	Terminais de Integração e Estações de Embarque e Desembarque	Teresina	Mobilidade	Paralisado

(A) Modelagem - Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados

(C) Modelagem - Estudos Liderados pelo Setor Público Encerrados

(B) Modelagem - PMI Iniciado

(D) Modelagem - PMI Encerrado

Fonte: RADAR PPP (acesso concedido, restrito e temporário, até fev. 2024). Elaboração TCE-PI

